

DIREITO CONSTITUCIONAL

Funções Essenciais à Justiça



Presidente: Gabriel Granjeiro

Vice-Presidente: Rodrigo Calado

Diretor Pedagógico: Erico Teixeira

Diretora de Produção Educacional: Vivian Higashi

Gerente de Produção Digital: Bárbara Guerra

Todo o material desta apostila (incluindo textos e imagens) está protegido por direitos autorais do Gran Cursos Online. Será proibida toda forma de plágio, cópia, reprodução ou qualquer outra forma de uso, não autorizada expressamente, seja ela onerosa ou não, sujeitando-se o transgressor às penalidades previstas civil e criminalmente.

CÓDIGO:

221027187209



LUCIANO DUTRA

Advogado da União desde 2009, com atuação no Supremo Tribunal Federal. Autor de livros. Professor de Direito Constitucional com ampla experiência em cursos preparatórios para concursos públicos e Exames de Ordem presenciais e on-line. Aprovado em diversos concursos públicos. Graduado em Direito pela Universidade Federal de Juiz de Fora e pós-graduado em Direito Público. Graduado e pós-graduado em Ciências Militares.

SUMÁRIO

Funções Essenciais à Justiça.....	4
1. Considerações Preliminares	4
2. Ministério Público.....	4
2.1. Funções Institucionais	16
3. Ministério Público Junto aos Tribunais de Contas	19
4. Conselho Nacional do Ministério Público.....	20
5. Advocacia Pública	24
6. Advocacia Privada.....	27
7. Defensoria Pública	27
8. Súmulas e Jurisprudência Aplicáveis.....	29
Resumo	33
Questões de Concurso.....	36
Gabarito	57
Gabarito Comentado.....	58

FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA

1. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Nobre discente, importantíssimo saber que integram as funções essenciais à Justiça o Ministério Público, a Advocacia Pública, a Defensoria Pública e a Advocacia Privada.

É importante destacar, também, que tais órgãos **não integram** a estrutura do Poder Judiciário, mas atuam perante ele, provocando a tutela jurisdicional.



DIRETO DO CONCURSO

001. São funções essenciais à justiça as do Ministério Público, da advocacia pública, da advocacia privada e da defensoria pública.



São as seções I, II, III e IV, do capítulo IV, “das funções essenciais à justiça”, da CF/1988.

Certo.

2. MINISTÉRIO PÚBLICO

O conceito e as funções primordiais do Ministério Público são citados pelo art. 127, *caput*, que diz que o Ministério Público é instituição **permanente**, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe **a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis**.

Dizer que é uma instituição **permanente** significa que o Ministério Público não pode ser abolido por emenda à Constituição, traduzindo-se em uma limitação material implícita ao poder de reforma da Constituição Federal.

As funções principais do Ministério Público são a defesa da ordem jurídica, a defesa do regime democrático e a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

DICA DO LD

Caso a prova diga que cabe ao Ministério Público a defesa dos interesses individuais disponíveis, estará errado!

Questão interessante é definir a **natureza jurídica** do Ministério Público. Prevalece o entendimento de que se trata de um órgão com autonomia funcional, administrativa e financeira situado **fora da estrutura dos 3 Poderes**.

DIRETO DO CONCURSO

002. O Ministério Público é órgão do Poder Judiciário.

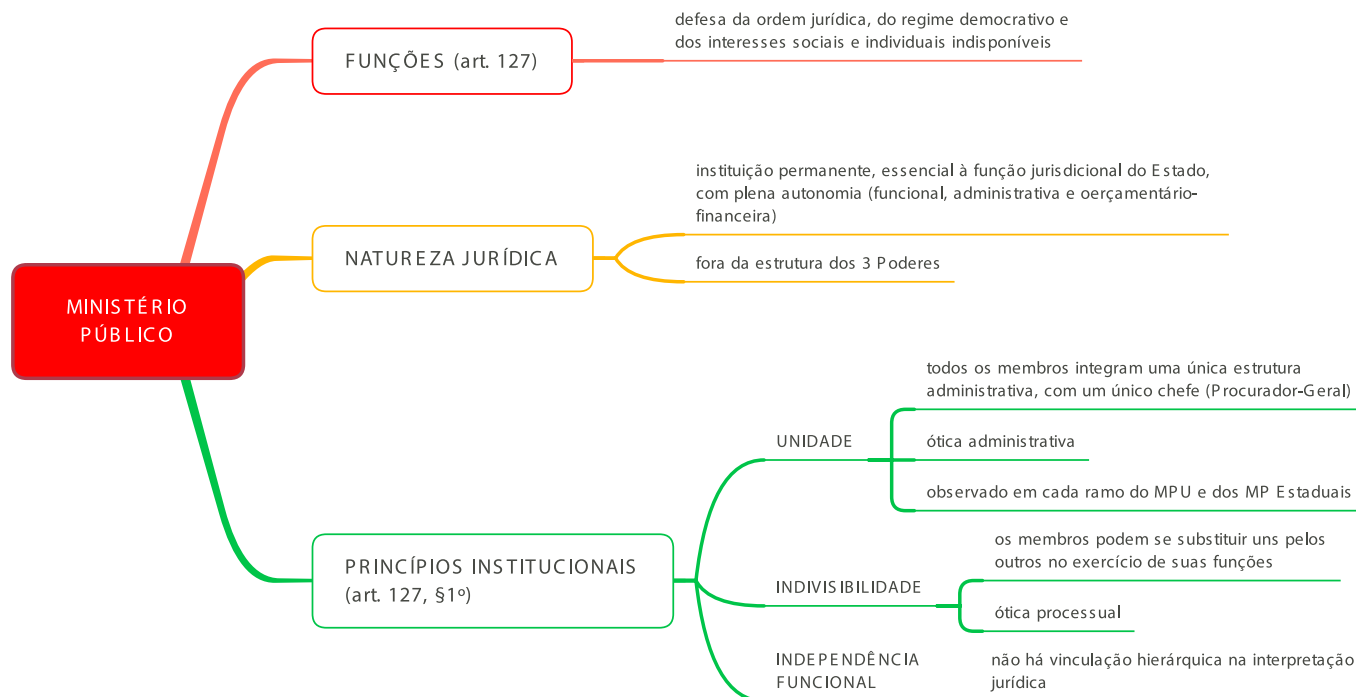


Na verdade o Ministério Público, apesar de atuar perante o Poder Judiciário, não pertence a este Poder. Aliás, não se enquadra em nenhum dos três Poderes.

Errado

Outro ponto bastante interessante é conhecer os **princípios institucionais** do Ministério Público presentes no art. 127, § 1º. São eles:

- **unidade:** o princípio da unidade deve ser observado sob a ótica **administrativa**, significando dizer que os membros do Ministério Público integram um **único órgão**, possuindo uma **única estrutura** e sendo chefiado por **um só Procurador-Geral**. Adiantando um pouco “o filme”, este princípio da unidade deve ser observado de acordo com cada ramo do Ministério Público da União (composto pelo Ministério Público Federal, pelo Ministério Público do Trabalho, pelo Ministério Público Militar e pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios) e em cada um dos 26 Ministérios Públicos Estaduais. Ou seja, cada órgão aqui citado possui a sua própria unidade;
- **indivisibilidade:** observado sob a ótica **processual**, o princípio da indivisibilidade significa que os membros do Ministério Público não estão vinculados aos processos em que atuam, **podendo ser substituídos uns pelos outros, sem que isso traga prejuízo para a regular tramitação do processo**;
- **independência funcional:** significa que o membro do Ministério Público, na sua **atuação finalística, não está subordinado a ninguém**, vinculando-se, tão somente, à sua consciência jurídica. Em outras palavras, não há vinculação hierárquica na interpretação jurídica. Isso significa que cada membro tem total liberdade na sua



DIREITO DO CONCURSO

003. Os membros do MP não se vinculam aos processos em que atuam, podendo ser substituídos uns pelos outros na forma prevista na lei.



É o princípio da indivisibilidade.

Certo.

DE OLHO NA JURISPRUDÊNCIA

O STF reconhece a existência do princípio constitucional implícito do **Promotor Natural**. Por esclarecedor, transcreve-se trecho do voto do Min. Celso de Mello, no julgamento do HC 67.759, em que entendeu que “o postulado do **Promotor Natural**, que se revela imanente ao sistema constitucional brasileiro, repele, a partir da vedação de designações casuísticas efetuadas pela Chefia da Instituição, a figura do acusador de exceção. Esse princípio consagra uma garantia de ordem jurídica, destinada tanto a proteger o membro do Ministério Público, na medida em que lhe assegura o exercício pleno e independente do seu ofício, quanto a tutelar a própria coletividade, a quem se reconhece o direito de ver atuando, em quaisquer causas, **apenas o Promotor cuja intervenção se justifique a partir de critérios abstratos e pré-determinados, estabelecidos em lei.** A matriz constitucional desse princípio assenta-se nas cláusulas

postulado do Promotor Natural limita, por isso mesmo, o poder do Procurador-Geral que, embora expressão visível da unidade institucional, não deve exercer a Chefia do Ministério Público de modo hegemônico e incontrastável”.

Além disso, o Ministério Público possui diversas **garantias institucionais**. São elas:

a) autonomia funcional: sinônimo de **independência funcional**;

b) autonomia administrativa: gestão própria daquilo que lhe é próprio. Ou seja, cabe ao próprio Ministério Público a administração de seus órgãos, bens e servidores;

c) autonomia orçamentário-financeira: segundo o art. 127, §§ 3º ao 6º, o Ministério Público elaborará sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias. Se o Ministério Público não encaminhar a respectiva proposta orçamentária dentro do prazo estabelecido na lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo considerará, para fins de consolidação da proposta orçamentária anual, os valores aprovados na lei orçamentária vigente, ajustados de acordo com os limites estipulados na lei de diretrizes orçamentárias. Se a proposta orçamentária for encaminhada em desacordo com os limites estipulados na lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo procederá aos ajustes necessários para fins de consolidação da proposta orçamentária anual. Por fim, durante a execução orçamentária do exercício, não poderá haver a realização de despesas ou a assunção de obrigações que extrapolem os limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, exceto se previamente autorizadas, mediante a abertura de créditos suplementares ou especiais.

DIREITO DO CONCURSO



004. O MP, apesar de dotado de autonomia financeira, não é obrigado a elaborar sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.



O Ministério Público elaborará sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Errado.

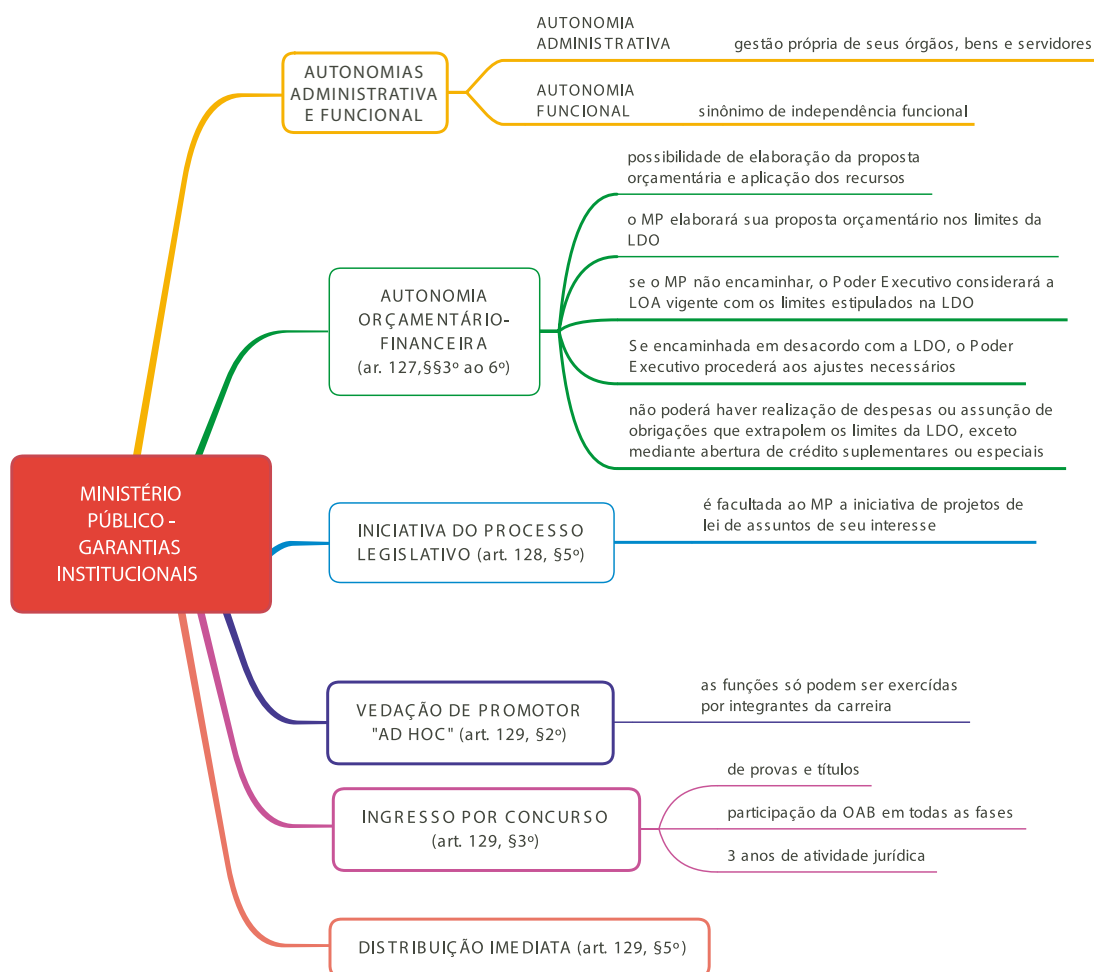
d) iniciativa do processo legislativo: de acordo com o art. 128, § 5º, é facultada aos respectivos Procuradores-Gerais a iniciativa de leis complementares que estabeleçam a organização, as atribuições e o estatuto de cada Ministério Público. Isto é, cabe ao próprio Ministério Público o encaminhamento de projetos de lei de matérias de seu interesse.

e) vedação de promotor *ad hoc*: conforme o art. 129, § 2º, as funções do Ministério Público só podem ser exercidas por integrantes da carreira, que deverão residir na comarca

da respectiva lotação, salvo autorização do chefe da instituição. Ou seja, não pode haver designações casuísticas para o exercício das atribuições do Ministério Público.

f) ingresso na carreira por concurso público: segundo o art. 129, § 3º, o ingresso na carreira do Ministério Público far-se-á mediante concurso público de **provas e títulos**, assegurada a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em sua realização, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, **três anos de atividade jurídica** e observando-se, nas nomeações, a ordem de classificação. Essa exigência de cumprimento de 3 anos de atividade jurídica é conhecida doutrinariamente como “quarenta de entrada”. A definição do que se entende por atividade jurídica é trazida por Resolução do Conselho Nacional do Ministério Público. O importante é saber que esse conceito engloba a atividade advocacia, mas também inclui o exercício de cargo, emprego ou função, inclusive de magistério superior, que exija a utilização preponderante de conhecimentos jurídicos, o exercício de função de conciliador em tribunais judiciais, juizados especiais, varas especiais, anexos de juizados especiais ou de varas judiciais, assim como o exercício de mediação ou de arbitragem na composição de litígios e o exercício, por bacharel em Direito, de serviço voluntário em órgãos públicos que exija a prática reiterada de atos que demandem a utilização preponderante de conhecimentos jurídicos.

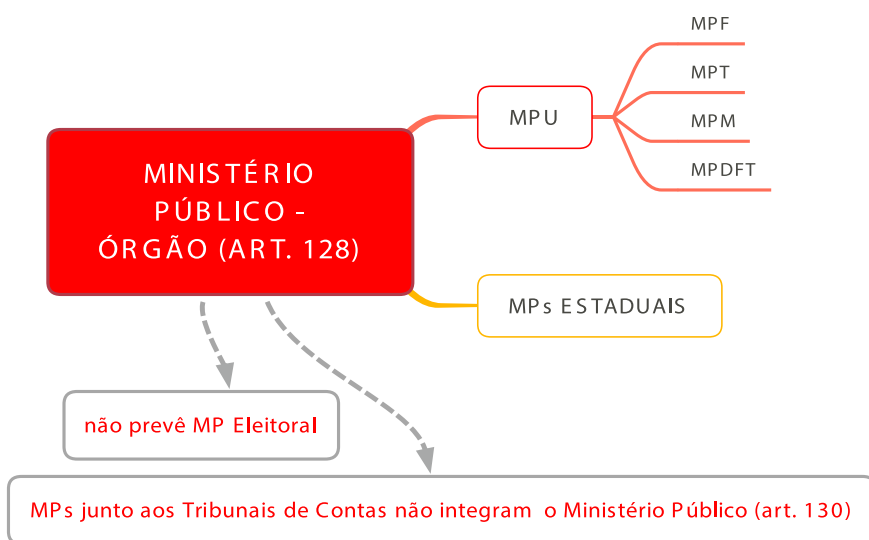
g) distribuição imediata de processos: em respeito ao art. 129, § 5º, a distribuição de processos no Ministério Público será imediata.



Vistas as garantias institucionais, vamos aprender quais os **órgãos que integram o Ministério Público**.

Segundo o art. 128, o Ministério Público brasileiro abrange o Ministério Público da União, que compreende: a) o Ministério Público Federal (MPF); b) o Ministério Público do Trabalho (MPT); c) o Ministério Público Militar (MPM); d) o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT); e e) os Ministérios Públicos dos Estados.

Perceba que a Constituição Federal **não traz o Ministério Público Eleitoral** como integrante da instituição. Na verdade, não existe um Ministério Público Eleitoral, mas sim funções eleitorais atribuídas ao Ministério Público. Isso é muito importante!!!



DE OLHO NA JURISPRUDÊNCIA

O STF alterou sua jurisprudência e decidiu que cabe ao **Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP)** solucionar conflitos de atribuições entre os diversos ramos dos Ministérios Públicos. Ou seja, à luz do entendimento mais recente, caso haja um conflito de atribuições entre o Ministério Público de São Paulo e o Ministério Público Federal, por exemplo, caberá ao CNMP dirimir esse conflito, uma vez que, segundo o Supremo, é o órgão mais adequado para isso, em razão da previsão constitucional que lhe atribui o controle da legalidade das ações administrativas dos membros e órgãos dos diversos ramos ministeriais, sem ingressar ou ferir a independência funcional.

DIRETO DO CONCURSO

005. Segundo a CF, o MP brasileiro compreende apenas o MP Federal e o MP dos estados e do DF.



O Ministério Público brasileiro abrange o Ministério Público da União, que compreende:

Militar; d) o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; e e) os Ministérios Públicos dos Estados.

Errado.

006. O Ministério Público do Trabalho integra o Ministério Público da União.



O Ministério Público do Trabalho integra o Ministério Público da União e encontra-se disposto no artigo 128, inciso I, alínea “b”, da CF/1988.

Certo.

Ok? Então vamos avançar!

Com toda certeza, você já ouviu falar no Procurador-Geral da República (PGR). Ele é o chefe do Ministério Público da União, nomeado pelo **Presidente da República** dentre **integrantes da carreira**, maiores de **trinta e cinco anos**, após a aprovação de seu nome pela **maioria absoluta** dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução (art. 128, § 1º).

DICAS DO LD

- 1) Quando a Constituição fala “integrantes da carreira” significa, à luz da doutrina majoritária, integrantes da carreira do **Ministério Público Federal**.
- 2) Há uma corrente minoritária que diz que “integrantes da carreira” significa integrantes de qualquer dos ramos do Ministério Público da União.
- 3) Permitida “a recondução” significa que são permitidas **sucessivas reconduções**.
- 4) Caso o Presidente da República resolva reconduzir o PGR, deverá haver nova aprovação do nome pelo Senado Federal por maioria absoluta.
- 5) Não há previsão constitucional de lista tríplice para a escolha do PGR.

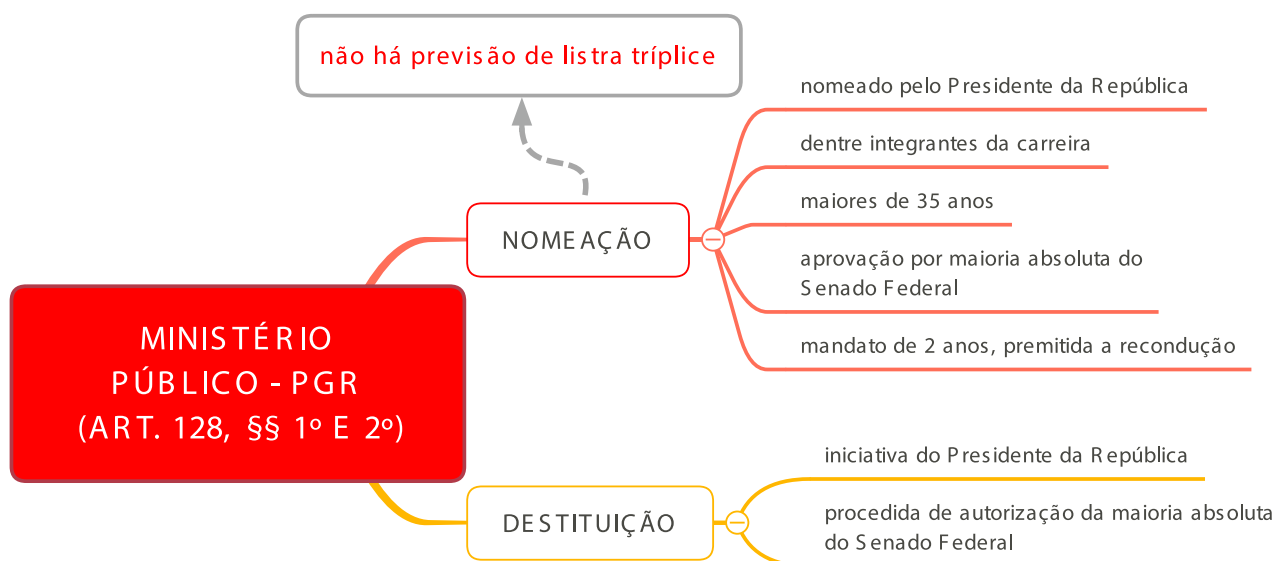
007. Somente depois de aprovado pelo Senado Federal, o procurador-geral da República deverá ser nomeado pelo presidente da República.



Conforme regulamentado no art. 128, § 1º, da CF/1988, “o Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, **após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal**, para mandato de dois anos, permitida a recondução”.

Certo.

A destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da **maioria absoluta** do Senado Federal (art. 128, § 2º). Aqui temos o que a doutrina denomina de “paralelismo das formas”. Se para nomear, o Presidente da República depende de autorização do Senado Federal, para destituir no curso do mandato, o Presidente deve ter autorização do Senado Federal pelo mesmo quórum da aprovação, qual seja, maioria absoluta.



DIRETO DO CONCURSO

008. O chefe do Ministério Público da União é nomeado pelo presidente da República, entre os integrantes da carreira, para mandato de dois anos. Todavia, ele poderá ser destituído antes do término do mandato, por iniciativa do presidente da República, desde que haja prévia autorização da maioria absoluta do Senado Federal.



Está em conformidade com o disposto no art. 128, §§ 1º e 2º, da CF/1988. Segundo o § 1º do art. 128, “o Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República,

cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução”. Já o § 2º do art. 128, reza que “a destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal”.

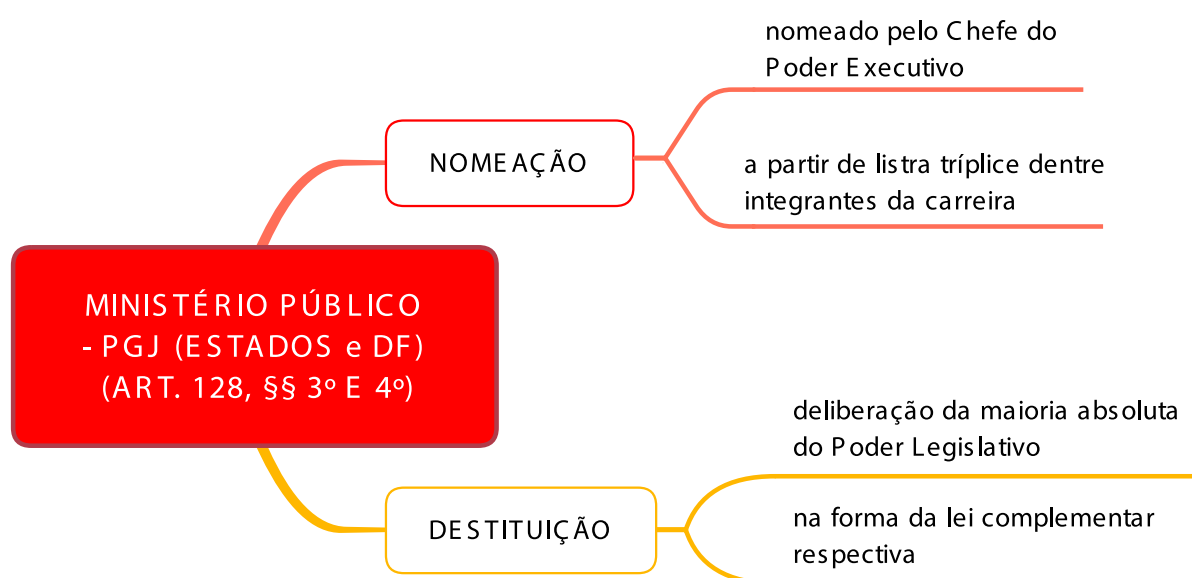
Certo.

No que tange aos **Procuradores-Gerais de Justiça (PGJ)**, que chefiam os Ministérios Públicos Estaduais, diz o art. 128, § 3º, que os Ministérios Públicos dos Estados e o do Distrito Federal e Territórios formarão **lista tríplice** dentre integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para escolha de seu Procurador-Geral, que será nomeado pelo **Chefe do Poder Executivo**, para **mandato de dois anos**, permitida **uma recondução**.

DICAS DO LD

- 1) Para a escolha do PGJ, tem lista tríplice.
- 2) Se o PGJ for do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, quem escolhe é o Presidente da República.
- 3) Se o PGJ for do Ministério Público Estadual, quem escolhe é o Governador.
- 4) No caso do PGJ, só é possível uma recondução.

O PGJ poderá ser destituído no curso do mandato por deliberação da **maioria absoluta** do Poder Legislativo competente, na forma da lei complementar respectiva (art. 128, § 4º).



DIRETO DO CONCURSO

009. O procurador-geral do Distrito Federal e Territórios deverá ser nomeado pelo chefe do Poder Executivo, e seu mandato será de dois anos, sendo permitida somente uma recondução.



Está de acordo com o disposto no art. 128, § 3º, da CF/1988, “os Ministérios Públicos dos Estados e **o do Distrito Federal e Territórios** formarão lista tríplice dentre integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para escolha de seu Procurador-Geral, que será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, para mandato de dois anos, permitida uma recondução”.

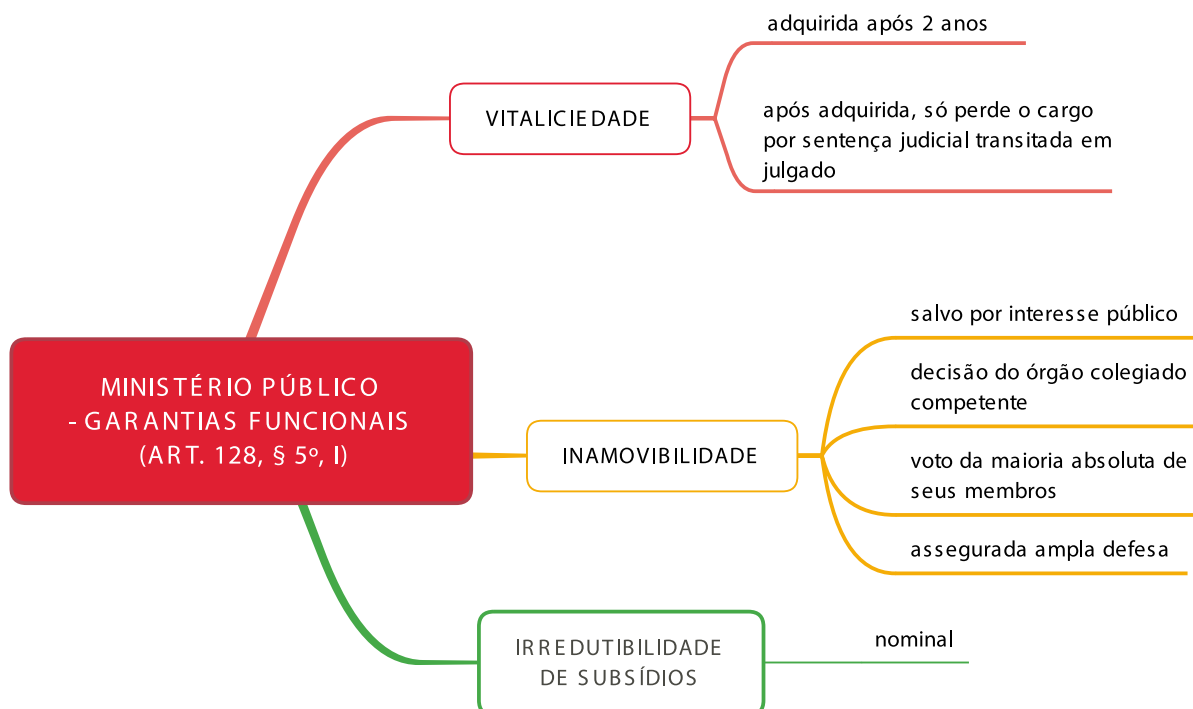
Certo.

Tal qual os membros do Poder Judiciário, os integrantes do Ministério Público também possuem **garantias funcionais** para o exercício livre de suas funções. Aliás, pode-se dizer que os membros do Ministério Público gozam de garantias funcionais similares às dos juízes (art. 128, § 5º, I). Vejamos:

a) vitaliciedade, após 2 anos de exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado;

b) inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão do órgão colegiado competente do Ministério Público, por voto da maioria absoluta de seus membros, assegurada ampla defesa;

c) irredutibilidade de subsídio. Esta irredutibilidade de subsídio também é nominal, não assegurando a recomposição em caso de perda inflacionária.



DIRETO DO CONCURSO

010. Entre as garantias concedidas aos membros do MP está a estabilidade após três anos de efetivo exercício.



Possui vitaliciedade após 2 anos.

Errado.

011. Apesar de ser uma garantia assegurada aos membros do Ministério Público, a inamovibilidade poderá ser afastada por razões de interesse público, mediante decisão fundamentada do chefe da instituição.



Não é decisão do chefe da instituição, mas sim decisão do órgão colegiado competente do Ministério Público, pelo voto da maioria absoluta de seus membros, assegurada ampla defesa.

Errado.

012. Um membro do Ministério Público adquire estabilidade após três anos de efetivo exercício, podendo, contudo, perder o cargo por sentença judicial transitada em julgado ou por processo administrativo específico.



De acordo com o art. 128, § 5º, I, "a", o membro do Ministério Público adquire vitaliciedade, após dois anos de exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado.

Errado.

Os membros do Ministério Público possuem **vedações** previstas na Constituição Federal. Vale dizer, **aos membros do Ministério Público é vedado** (art. 128, § 5º, II):

- a) receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, percentagens ou custas processuais;
- b) exercer a advocacia;
- c) participar de sociedade comercial, na forma da lei;
- d) exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, salvo uma de magistério;
- e) exercer atividade político-partidária;
- f) receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei.

É vedado, ainda, o **exercício da advocacia** no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos **três anos** do seu afastamento do cargo por razões de aposentadoria ou exoneração (art. 128, § 6º). É o que a doutrina chama de “quarentena de saída”.



DIREITO DO CONCURSO

013. Aos membros do Ministério Público, assim como aos juízes, é vedado exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.



Conforme o art. 128, § 6º, da CF/1988, aplica-se aos membros do Ministério Público a vedação trazida pelo art. 95, parágrafo único, V, da CF/1988, segundo o qual é vedado aos juízes exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.

Certo.

014. Quando um membro do MP se aposenta, é vedado a ele advogar no juízo ou tribunal em que atuava, antes de que hajam transcorrido três anos da aposentadoria.



É o que prevê o art. 128, § 6º.

Certo.

2.1. FUNÇÕES INSTITUCIONAIS

O art. 129 traz, em rol exemplificativo, as **funções institucionais** do Ministério Público, são elas:

I – promover, privativamente, a **ação penal pública**, na forma da lei. Por isso que se diz que o Ministério Público é o “dominus litis” (dono da ação penal), porque possui a competência privativa para apresentar a denúncia numa ação penal pública;

DE OLHO NA DIVERGÊNCIA

Há uma divergência doutrinária acerca da possibilidade (ou não) do Ministério Público investigar. A doutrina majoritária afirma que o MP possui a competência implícita para a colheita direta da prova com intuito de subsidiar a futura ação penal. Como o art. 129, I, garante ao órgão ministerial o monopólio da ação penal pública, a Constituição Federal assegura, por via implícita, o poder de investigar para a formação da justa causa da ação penal (a prova da materialidade delitiva e os indícios mínimos de sua autoria).

II – zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;

III – promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos. Importante dizer que essa competência é concorrente, uma vez que existem outros colegitimados. Nesse sentido, o art. 128, § 1º, define que a legitimação do Ministério Público para as ações civis **não impede a de terceiros**, nas mesmas hipóteses, segundo o disposto na Constituição Federal e na lei.

DIRETO DO CONCURSO

015. Entre as funções institucionais do Ministério Público, está a de promover, em caráter exclusivo, a ação civil pública para a promoção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.



Conforme ensinei, essa competência é concorrente.

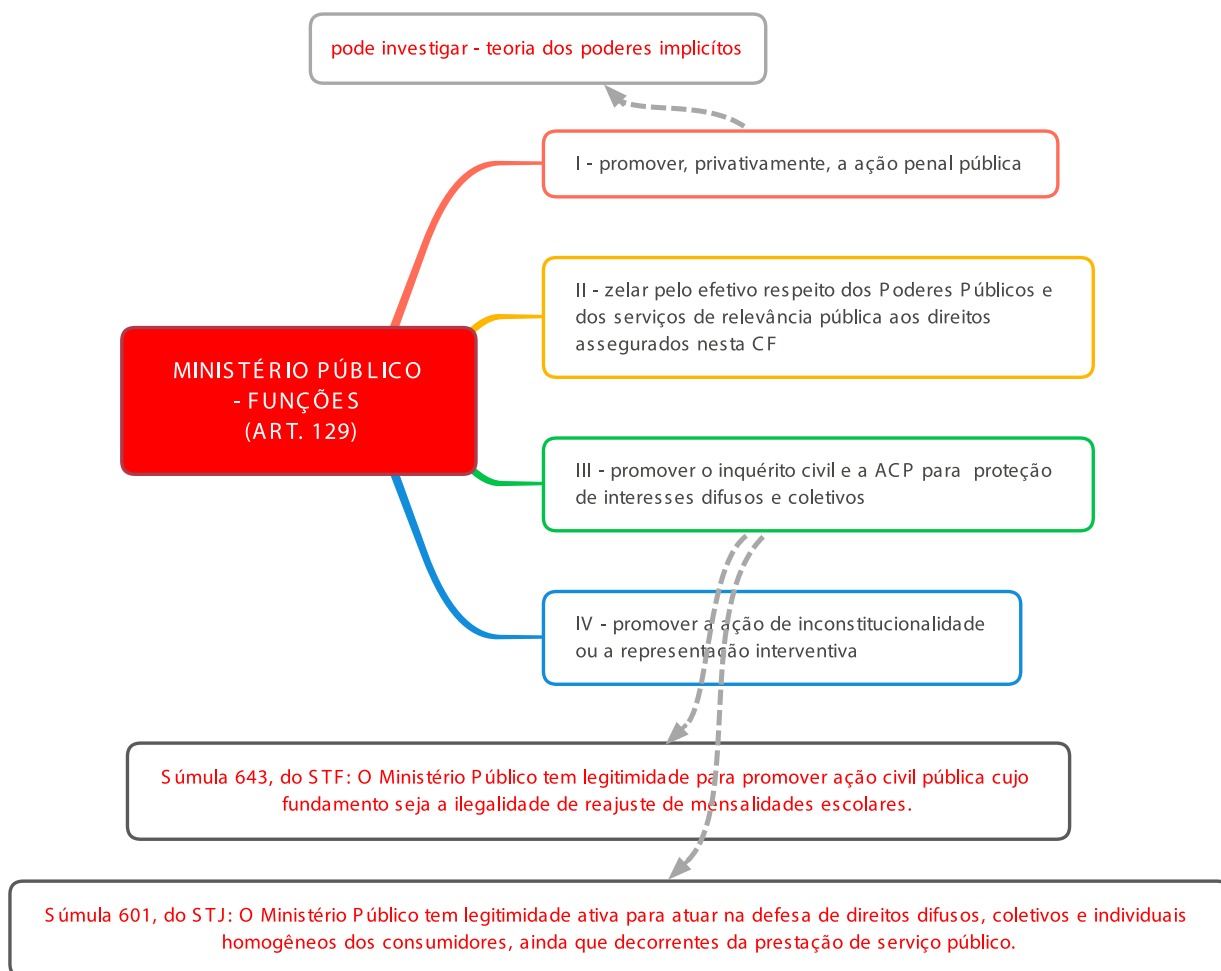
Errado.

IV – promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos na Constituição Federal. Essa competência será exercida pelo Procurador-Geral da República;

DE OLHO NA JURISPRUDÊNCIA

Súmula 643, do STF: o Ministério Público tem legitimidade para promover ação civil pública cujo fundamento seja a ilegalidade de reajuste de mensalidades escolares.

Súmula 601, do STJ: o Ministério Público tem legitimidade ativa para atuar na defesa dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores, ainda que decorrentes da prestação de serviços públicos.



V – defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas. Essa competência é reforçada pelo art. 232, que determina a intervenção do Ministério Público em todos os atos do processo em que os índios, suas comunidades e organizações sejam partes;

VI – expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, na forma da lei complementar respectiva;

VII – exercer o controle **externo** da atividade policial, na forma de lei complementar;

VIII – requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais;

IX – exercer outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade, sendo-lhe **vedada** a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas. Este inciso demonstra que as funções institucionais do Ministério Público aqui citadas estão em rol exemplificativo. Ademais, é vedada a representação judicial e a consultoria jurídica das entidades públicas pelo Ministério Público, uma vez que tais atribuições cabem às respectivas Advocacias Públicas.



DIRETO DO CONCURSO

016. O rol de funções do Ministério Público constante da CF é taxativo, cabendo a esse órgão

 agir-se ao exercício das atribuições descritas nos dispositivos constitucionais.

O rol é exemplificativo.

Errado.

017. A CF enumera, em rol taxativo, as funções institucionais do MP.



O rol é exemplificativo.

Errado.

018. Apesar de a CF não prever expressamente que cabe ao Ministério Público a defesa judicial dos direitos das populações indígenas, a jurisprudência reconheceu-lhe essa importante função institucional.



Tem essa competência expressa no art. 129, V.

Errado.

3. MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AOS TRIBUNAIS DE CONTAS

Já ouviu falar em Ministério Público junto aos Tribunais de Contas? Pois existem e são citados no art. 130. Segundo a norma constitucional, aos membros do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas aplicam-se as disposições constitucionais sobre o Ministério Público comum pertinentes a **direitos, vedações e forma de investidura**.

Cuidado com o que eu vou registrar agora: esse Ministério Público que atua junto aos Tribunais de Contas **não integra** a instituição Ministério Público comum que estamos estudando. Na verdade, integra o respectivo Tribunal de Contas.

O Ministério Público que atua junto aos Tribunais de Contas é dotado de identidade e de fisionomia próprias que o tornam inassimilável à instituição do Ministério Público comum da União e dos Estados-membros.

DIRETO DO CONCURSO

019. O Ministério Público abrange o Ministério Público da União, que compreende, entre outros, os Ministérios Públicos dos estados. Todavia, há outro órgão estatal, dotado de identidade e de fisionomia próprias que o tornam inassimilável à instituição do Ministério Público comum da União e dos estados-membros, qual seja: o Ministério Público junto ao  bunal de Contas.

O erro está apenas na parte inicial, uma vez que o Ministério Público da União não abrange os Ministérios Públicos dos Estados.

Errado.

020. Os membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo compõem o Ministério Público do Estado do Espírito Santo.



Não compõem. Conforme ensinei, os membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo integram esta Corte de Contas estadual.

Errado.

Vamos estudar agora o Conselho Nacional do Ministério Público. Venha comigo!!!

4. CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

O **Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP)** **não é** órgão integrante do Ministério Público, tratando-se de um tribunal administrativo com a função de controle **externo** da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e cumprimento dos deveres funcionais de seus membros.

É formado por **14 membros** nomeados pelo **Presidente da República**, depois de aprovada a escolha pela **maioria absoluta** do Senado Federal, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução (art. 130-A).

Trata-se de uma composição híbrida formada:

I – pelo Procurador-Geral da República, que o preside;

II – por quatro membros do Ministério Público da União, assegurada a representação de cada uma de suas carreiras;

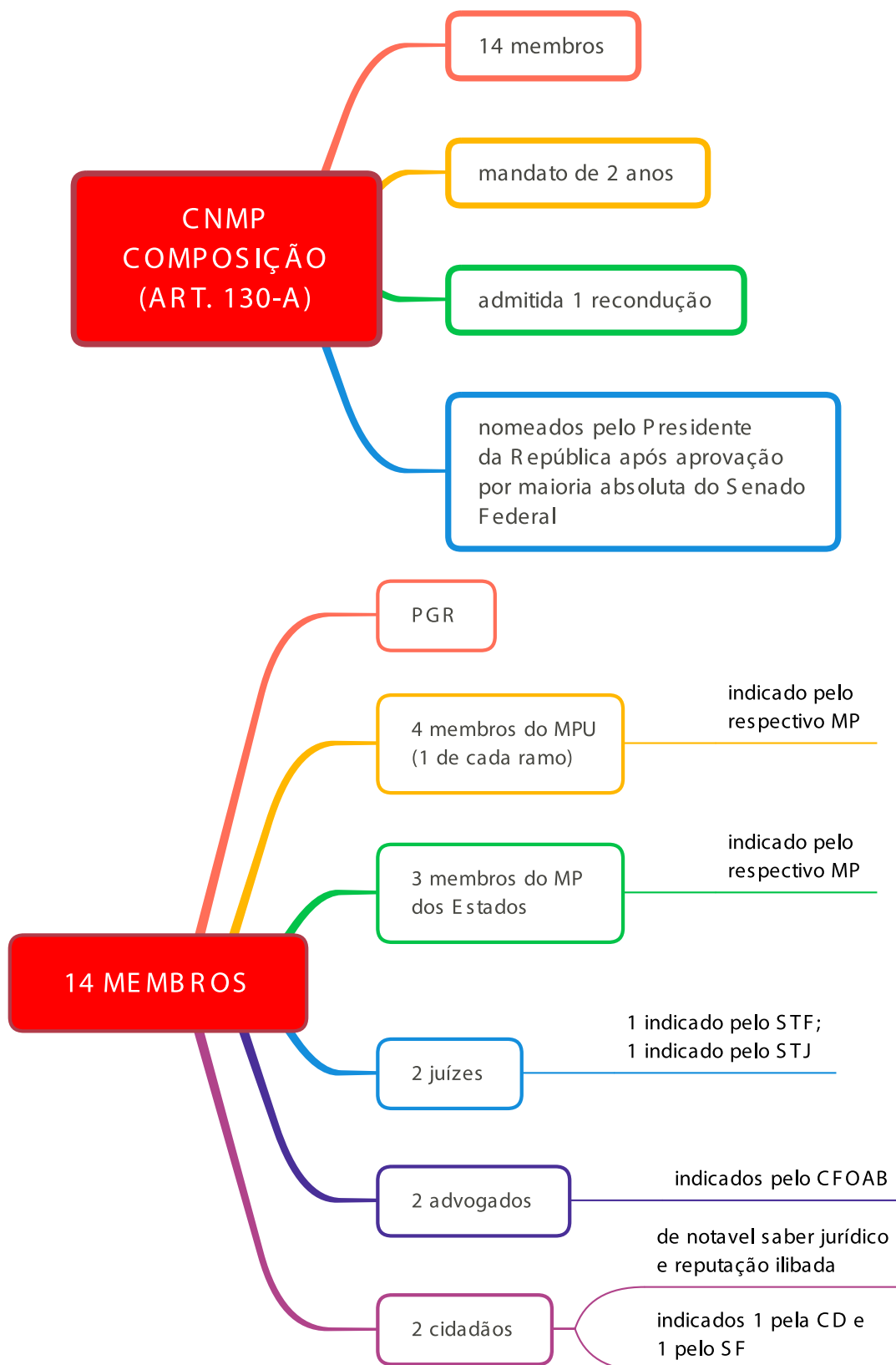
III – por três membros do Ministério Público dos Estados;

IV – por dois juízes, indicados um pelo Supremo Tribunal Federal e outro pelo Superior Tribunal de Justiça;

V – por dois advogados, indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;

VI – por dois cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados um pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal.

Os membros do CNMP oriundos do Ministério Público serão indicados pelos respectivos Ministérios Públicos, na forma da lei.



DIRETO DO CONCURSO

021. A composição de membros do Conselho Nacional do Ministério Público deve incluir dois cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada — um indicado pela Câmara dos Deputados, e o outro, pelo Senado Federal.



Conforme o art. 130-A, VI, da CF/1988, o Conselho Nacional do Ministério Público compõe-se de quatorze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução, sendo dois cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados um pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal.

Certo.

A **competência do CNMP** é determinada pelo art. 130-A, § 2º, segundo o qual compete ao Conselho Nacional do Ministério Público o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros, cabendo-lhe:

I – zelar pela autonomia funcional e administrativa do Ministério Público, podendo expedir atos regulamentares, no âmbito de sua competência, ou recomendar providências;

II – zelar pela observância do art. 37 e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Ministério Público da União e dos Estados, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, **sem prejuízo da competência dos Tribunais de Contas;**

III – receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Ministério Público da União ou dos Estados, inclusive contra seus serviços auxiliares, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional da instituição, podendo avocar processos disciplinares em curso, determinar a remoção ou a disponibilidade e aplicar outras sanções administrativas, assegurada ampla defesa; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

IV – rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de membros do Ministério Público da União ou dos Estados julgados **há menos de um ano;**

V – elaborar relatório **anual**, propondo as providências que julgar necessárias sobre a situação do Ministério Público no País e as atividades do Conselho, o qual deve integrar a mensagem prevista no art. 84, XI.

O CNMP escolherá, em votação **secreta**, um Corregedor nacional, **dentre os membros do Ministério Público** que o integram, **vedada a recondução**, competindo-lhe, além das atribuições que lhe forem conferidas pela lei, as seguintes:

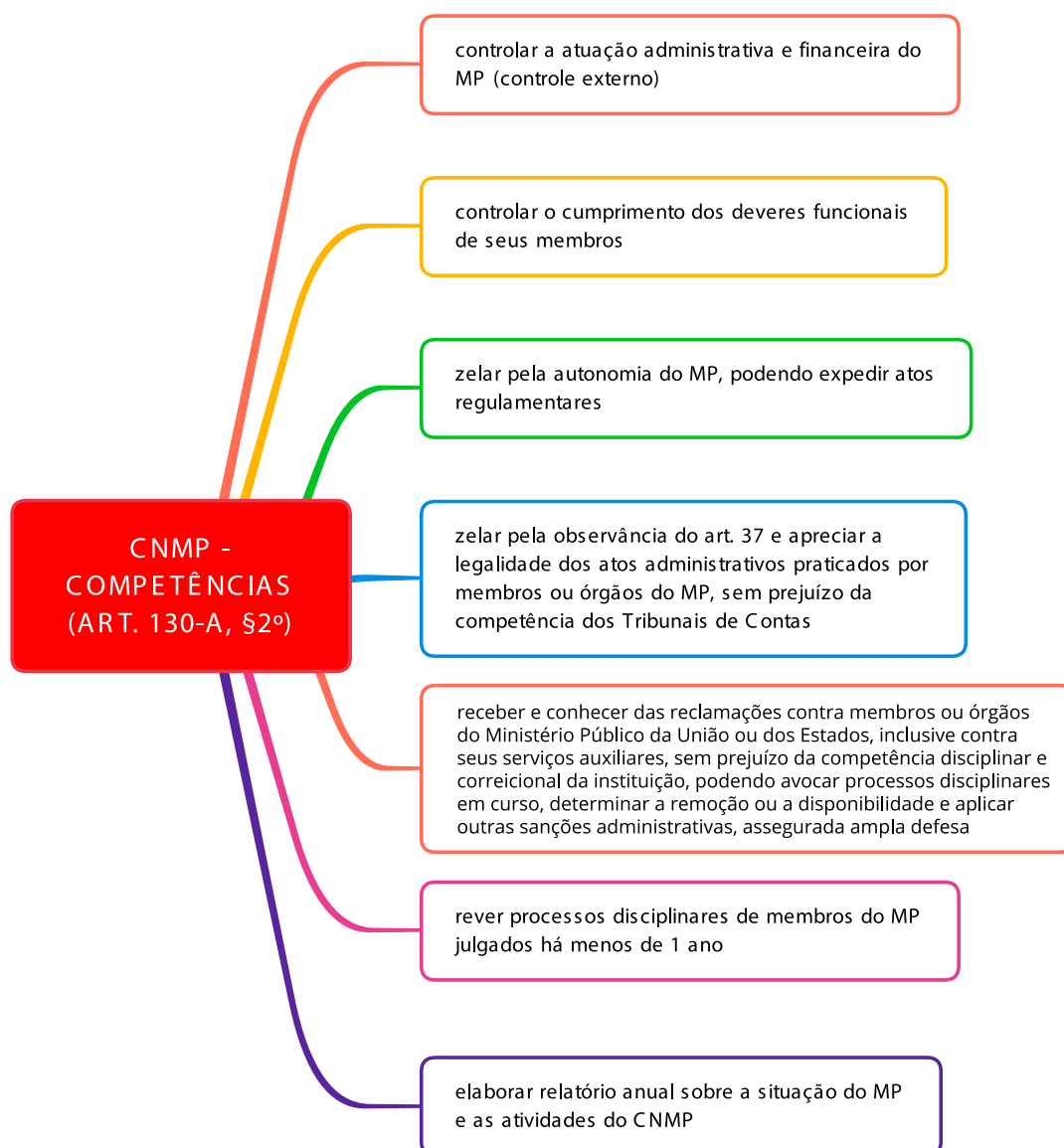
I – receber reclamações e denúncias, de qualquer interessado, relativas aos membros

II – exercer funções executivas do Conselho, de inspeção e correição geral;

III – requisitar e designar membros do Ministério Público, delegando-lhes atribuições, e requisitar servidores de órgãos do Ministério Público.

O Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil oficiará junto ao CNMP, o que significa que terá direito de voz, mas não poderá votar.

Leis da União e dos Estados **criarão ouvidorias** do Ministério Público, competentes para receber reclamações e denúncias de qualquer interessado contra membros ou órgãos do Ministério Público, inclusive contra seus serviços auxiliares, representando diretamente ao Conselho Nacional do Ministério Público.



É isso!!! Estudamos o perfil constitucional do Ministério Público. Vejamos doravante o que a Constituição Federal traz sobre a Advocacia Pública.

5. ADVOCACIA PÚBLICA

A Advocacia Pública da União é exercida pela Advocacia-Geral da União (AGU). Dispõe o art. 131, *caput*, que “a Advocacia-Geral da União é a instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, **representa a União**, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de **consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo**”.

DICAS DO LD

- 1) A representação judicial e extrajudicial é da **União**, englobando todos os órgãos federais dos três Poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário), inclusive o Ministério Público da União, a Defensoria Pública da União e o Tribunal de Contas da União (que estão fora dos três Poderes);
- 2) A consultoria e o assessoramento jurídico é só do **Poder Executivo**.

DIRETO DO CONCURSO



022. A AGU é o órgão que, de modo direto, ou mediante órgão vinculado, representa a União, judicial e extrajudicialmente, cumprindo-lhe realizar a consultoria e o assessoramento jurídico do Poder Executivo.



Está de acordo com o exposto no art. 131, “caput”, da CF/1988, que diz que “a Advocacia-Geral da União é a instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo”.

Certo.

023. De acordo com o disposto na CF e com entendimento do STF, a representação judicial de tribunal regional federal, por se tratar de órgão da União destituído de personalidade jurídica, cabe à AGU.



É o que se extrai do art. 131, “caput”.

Certo.

024. Cabe ao Ministério Público Federal representar a União em caso de ação judicial proposta por servidor da justiça militar da União que cobre diferenças devidas em razão de erro no cálculo de sua remuneração.



A representação judicial da União compete à Advocacia-Geral da União.

Errado.

O Advogado-Geral da União é cargo de **livre nomeação do Presidente da República** (não precisa ser integrante das carreiras da AGU) dentre **cidadãos maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada** (art. 131, § 1º).

DIRETO DO CONCURSO

025. O chefe da AGU é escolhido, entre os membros das carreiras desse órgão, pelo presidente da República.



Não precisa ser da carreira.

Errado.

O ingresso nas classes iniciais das carreiras da AGU far-se-á mediante concurso público de **provas e títulos** (art. 131, § 2º).

A execução da dívida ativa de natureza **tributária** cabe à **Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**, observado o disposto em lei (art. 131, § 3º).

DIRETO DO CONCURSO

026. Aos membros da Advocacia-Geral da União são concedidas as garantias constitucionais previstas para os membros do Ministério Público.



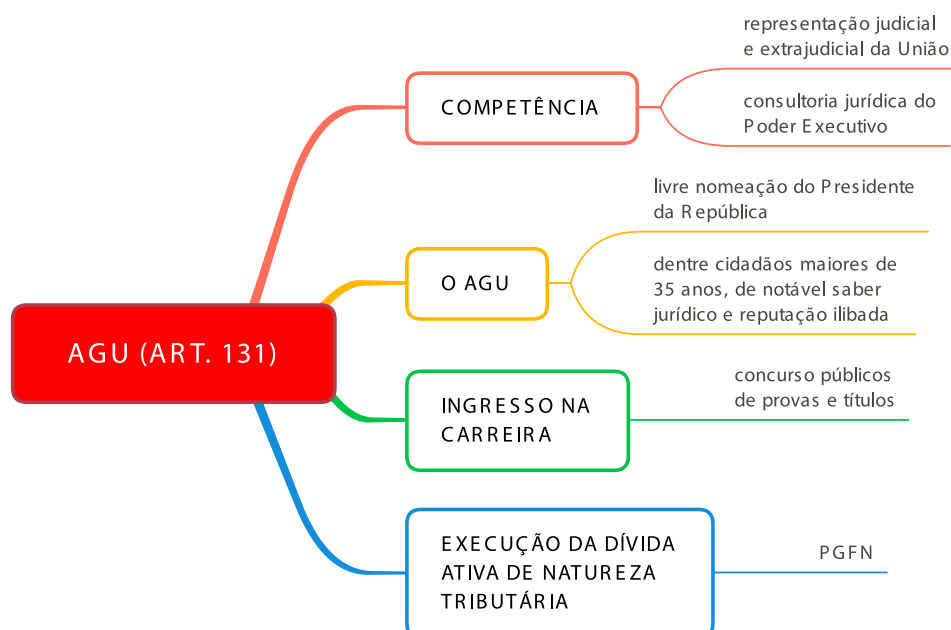
A Constituição não previu isso.

Errado.

027. A execução da dívida ativa tributária é de competência da Advocacia-Geral da União.



É competência da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, segundo o art. 131, § 3º.



Por seu turno, a **Advocacia Pública, nos Estados-membros e no Distrito Federal**, é exercida pelos **procuradores dos Estados e pelos procuradores do Distrito Federal**, organizados em carreira, na qual o ingresso dependerá de concurso público de **provas e títulos**, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, cumprindo a **representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas** (art. 132).

De acordo com o parágrafo único do art. 132, aos procuradores estaduais e do Distrito Federal é assegurada **estabilidade** após **três anos** de efetivo exercício, mediante avaliação de desempenho perante os órgãos próprios, após relatório circunstanciado das corregedorias.

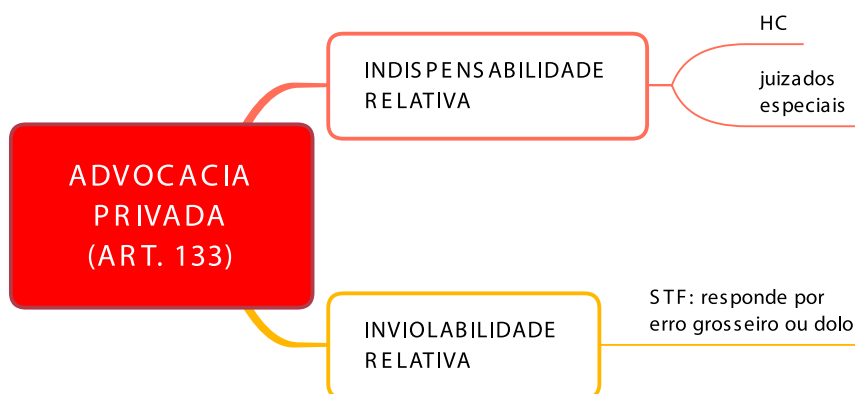


Eram essas as informações trazidas pela Constituição Federal sobre a Advocacia Pública. Vejamos agora a próxima função essencial à Justiça: a advocacia privada.

6. ADVOCACIA PRIVADA

Segundo o art. 133, o **advogado** é **indispensável** à administração da Justiça, sendo **inviolável** por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei.

Essa **imunidade profissional** do advogado possui caráter **relativo**, podendo, segundo entendimento do STF, ser responsabilizado caso aja com **dolo ou erro grosseiro**. Ademais, a **indispensabilidade** do advogado **não é absoluta**, haja vista que há situações em que a parte não precisa estar representada por um advogado (exemplos: Juizados Especiais, impetração de *habeas corpus* etc.).



Ok? Para terminar, vejamos o perfil constitucional da Defensoria Pública.

7. DEFENSORIA PÚBLICA

O art. 134 estabelece que a **Defensoria Pública** é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, **incumbindo-lhe**, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos **necessitados**, na forma do inciso LXXIV do art. 5º da Constituição Federal.

DIREITO DO CONCURSO

028. É função institucional do MP defender judicialmente os direitos e os interesses das populações carentes.



É função institucional da **Defensoria Pública** defender judicialmente os direitos e os interesses das populações carentes.

Errado.

Lei complementar organizará a Defensoria Pública da União e do Distrito Federal e dos

carreira, providos, na classe inicial, mediante concurso público de **provas e títulos**, assegurada a seus integrantes a garantia da **inamovibilidade e vedado o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais** (art. 134, § 1º).

Às **Defensorias Públicas estaduais, do Distrito Federal e da União** são asseguradas **autonomia funcional e administrativa e a iniciativa de sua proposta orçamentária** dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias e subordinação ao disposto no art. 99, § 2º (art. 134, §§ 2º e 3º).

DIRETO DO CONCURSO



029. À Defensoria Pública da União e às defensorias públicas estaduais são asseguradas autonomia funcional e administrativa e a iniciativa de sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.



Segundo o art. 134, §§ 2º e 3º, da CF/1988, há a garantia dessa autonomia funcional e administrativa e da iniciativa de sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.

Certo.

Por fim, são **princípios institucionais** da Defensoria Pública **a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional**, aplicando-se também, no que couber, o disposto no art. 93 e no inciso II do art. 96 da Constituição Federal (art. 134, § 4º).

Por fim, conforme o art. 135, os **Advogados Públicos e os Defensores Públicos** serão remunerados exclusivamente por **subsídio** fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.

DIRETO DO CONCURSO



030. A Constituição Federal de 1988 estendeu aos defensores públicos a garantia de inamovibilidade, originalmente concedida aos magistrados.



A garantia da inamovibilidade aos defensores públicos está normatizada no art. 134, § 1º, da CF/1988.

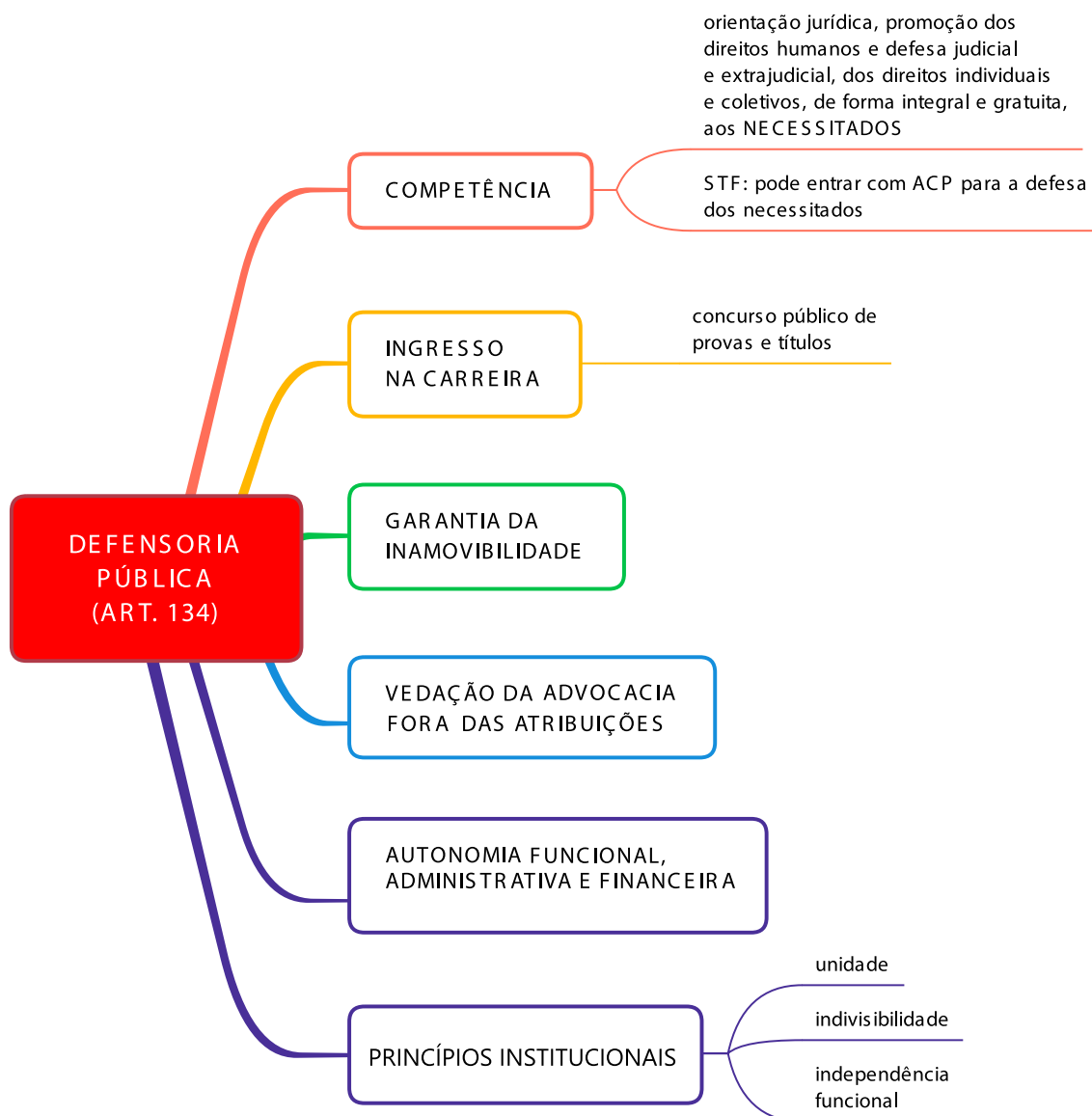
Certo.

031. A unidade, a indivisibilidade e a independência funcional são princípios institucionais da defensoria pública e do Ministério Público.



As menções dos três princípios citados nas duas instituições estão presentes nos arts. 127, § 1º, e 134, § 4º, da CF/1988.

Certo.



8. SÚMULAS E JURISPRUDÊNCIA APLICÁVEIS

1) RE 985.392 (legitimidade recursal do MP estadual no STF e no STJ): o caso tratou da possibilidade de os Ministérios Públicos Estaduais e do DF atuarem diretamente perante o STF e o STJ, em processos originados nas respectivas áreas de atribuição. O STF fixou que os MPs dos Estados e do DF possuem legitimidade para recorrer e atuar em processos que

tenham origem em suas atribuições, mesmo quando já estejam no STJ ou STF. Conforme o Supremo, não existe reserva constitucional de atuação exclusiva do MPF nos Tribunais Superiores. O MP estadual que atuou no caso na origem tem legitimidade recursal natural, pois é o titular da causa.

[RE 985.392 RG, rel. min. Gilmar Mendes, j. 26-5-2017, P, DJE de 10-11-2017, Tema 946.]

2) ADPF 482 (princípio da unidade do Ministério Público): a ADPF discutia se haveria ou não uma “unidade nacional” entre os diversos ramos do Ministério Público — MP dos Estados, MPDFT e os quatro ramos do MPU (MPF, MPT, MPM e MPDFT). Questão jurídica O princípio da unidade do MP (art. 127, § 1º, CF/88) significa que todos os ramos do Ministério Público brasileiro formam um único órgão nacional? Ou a unidade é interna a cada instituição (MPU, MP estaduais)? O STF fixou que o princípio da unidade opera apenas dentro de cada Ministério Público, e não entre diferentes Ministérios Públicos. Não existe “unidade nacional” entre MP de Estado, MPDFT e MPU. Cada Ministério Público é autônomo e independente. Cada Ministério Público possui um único Procurador-Geral, responsável institucionalmente por seu órgão, sem subordinação hierárquica entre diferentes MPs.

[ADPF 482, rel. min. Alexandre de Moraes, j. 3-3-2020, P, DJE de 12-3-2020.]

3) Súmula 643, do STF: O Ministério Público tem legitimidade para promover ação civil pública cujo fundamento seja a ilegalidade de reajuste de mensalidade escolares.

4) Súmula 524, do STF: Arquivado o inquérito policial, por despacho do juiz, a requerimento do promotor de justiça, não pode a ação penal ser iniciada, sem novas provas.

5) RE 593.727 (poder investigatório do Ministério Público): discutia-se se o Ministério Público poderia conduzir investigações criminais próprias, independentemente da polícia, pois a Constituição menciona apenas a polícia judiciária nos arts. 144, §§ 1º e 4º. A controvérsia envolvia a validade de investigações diretamente conduzidas por membros do MP. Segundo o STF, o MP pode investigar crimes diretamente, desde que respeite direitos fundamentais e regras constitucionais específicas (como a reserva de jurisdição). Tese firmada (Tema 325 da repercussão geral): “O Ministério Público tem competência para promover investigações de natureza penal, por autoridade própria e por prazo razoável, respeitados os direitos e garantias individuais e a reserva de jurisdição.” A CF/88 não conferiu exclusividade investigatória à polícia judiciária. Como titular da ação penal, é natural que o MP possa investigar para formar sua convicção.

[RE 593.727, rel. p/o ac. min. Gilmar Mendes, j. 14-5-2015, P, DJE de 8-9-2015, Tema 184.]

6) MS 27.339 (MP junto aos Tribunais de Contas x Ministério Público comum): Questão jurídica É possível que membros do Ministério Público comum (estadual ou da União) atuem, mesmo que temporariamente, como membros do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas? O STF reafirmou que o Ministério Público junto aos Tribunais de Contas tem estrutura constitucional própria, não integrando o Ministério Público comum. Por isso, não é permitida a atuação, sequer transitória, de procuradores de justiça ou promotores no

institucional própria, distinta do Ministério Público comum, vedada a atuação de membros do MP estadual ou federal em substituição ou exercício provisório perante os Tribunais de Contas. O MP junto aos TCs não integra a estrutura do MP comum → tem organização, carreiras e competências distintas. A atuação de membros do MP comum no TCE viola o modelo constitucional, mesmo que haja previsão em lei estadual.

[MS 27.339, rel. min. Menezes Direito, j. 2-2-2009, P, DJE de 6-3-2009.] = ADI 3.307, rel. min. Cármen Lúcia, j. 2-2-2009, P, DJE de 29-5-2009

7) MS 27.744 (CNMP x controle de constitucionalidade): questão jurídica O CNMP pode realizar controle de constitucionalidade de leis (federal, estadual ou municipal)? Ou sua atuação limita-se ao controle administrativo dos atos do MP? De acordo com o STF, o CNMP não tem competência para declarar a inconstitucionalidade de lei, nem para afastar a sua aplicação com fundamento em inconstitucionalidade. Essa é função típica do Poder Judiciário. Segundo a Corte, o CNMP, órgão administrativo, não possui competência para exercer controle de constitucionalidade, limitando-se ao controle da legalidade e legitimidade dos atos administrativos praticados pelos membros ou órgãos do Ministério Público.

[MS 27.744, rel. min. Luiz Fux, j. 6-5-2014, 1ª T, DJE de 8-6-2015.]

8) Súmula 644, do STF: Ao titular do cargo de procurador de autarquia não se exige a apresentação de instrumento de mandato para representá-la em juízo.

9) Súmula Vinculante 14: É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa.

10) Inq. 4.074 (inviolabilidade profissional do advogado): questão jurídica A inviolabilidade profissional do advogado é absoluta? Em que hipóteses é lícita a quebra da prerrogativa, especialmente quando há investigação envolvendo o próprio advogado e seus clientes? Conforme o STF, a inviolabilidade profissional NÃO é absoluta. A quebra pode ocorrer por decisão judicial fundamentada, observando os limites legais. A proteção não alcança clientes formalmente investigados como coautores ou partícipes do mesmo crime. A inviolabilidade profissional visa proteger a função essencial à justiça, não servir de escudo para práticas ilícitas. A proteção às comunicações profissionais não é absoluta quando usadas para ocultar ilícitos.

[Inq 4.074, rel. p/ o ac. min. Dias Toffoli, j. 14-8-2018, 2ª T, DJE de 17-10-2018.]

11) ADI 3.943 (legitimidade da Defensoria Pública para ajuizar ACP): questão jurídica A Defensoria Pública possui legitimidade para propor ação civil pública? O STF julgou constitucional a legitimidade da Defensoria Pública para ajuizar ação civil pública, incluindo tutela de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos, não havendo exclusividade do Ministério Público. Reconhecer a legitimidade da Defensoria expande o acesso à justiça aos necessitados e aprimora a tutela coletiva. Não há prejuízo institucional ao Ministério

[ADI 3.943, rel. min. Cármen Lúcia, j. 7-5-2015, P, DJE de 6-8-2015.] = RE 733.433, rel. min. Dias Toffoli, j. 4-11-2015, P, DJE de 7-4-2016, Tema 607

12) SL 866 (Defensoria Pública pode atuar em juízo para defender suas prerrogativas): na Suspensão de Liminar 866, discutiu-se se a Defensoria Pública precisaria ser representada pela Advocacia-Geral da União ao atuar em juízo para defender suas próprias prerrogativas institucionais. De acordo com o STF, a Defensoria Pública pode se representar autonomamente em juízo quando a demanda envolve a defesa de suas prerrogativas e funções institucionais. A autonomia da Defensoria Pública seria esvaziada se ela dependesse da AGU para litígios que envolvem suas próprias prerrogativas. Assim como o Ministério Público e a magistratura defendem suas competências diretamente, a Defensoria também pode fazê-lo. A atuação direta preserva sua independência e evita conflito de interesses.

[SL 866 AgR, rel. min. Dias Toffoli, j. 13-9-2019, P, DJE de 2-10-2019.]

É isso!!! Chegamos ao fim de mais uma aula. Espero que tenha gostado!!!

Havendo dúvidas, estou disponível no nosso **fórum de dúvidas**. Conto com a sua **avaliação acerca de nossa aula**. Isso é muito importante para nós.

Fique com Deus, fortíssimo abraço e bons estudos!!!

RESUMO

Órgão	Definição Constitucional	Princípios Institucionais	Principais Funções
Ministério Público (MP)	Instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado (art. 127, CF/88).	Unidade (um único MP por ramo); Indivisibilidade (membros podem ser substituídos entre si); Independência funcional (membro do MP não está subordinado hierarquicamente em suas decisões).	- Defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis; - Promoção da ação penal pública (art. 129, I, CF/88); - Controle externo da atividade policial.
Advocacia Pública	Representação judicial e extrajudicial do Estado (União, Estados, DF e Municípios) e consultoria do Poder Executivo (art. 131 e 132, CF/88).	- AGU representa a União e presta consultoria ao Executivo; - Procuradorias Estaduais e do DF representam suas unidades federativas; - Ingresso por concurso público.	- Defesa dos interesses da União, Estados e DF; - Consultoria jurídica do Executivo; - Execução da dívida ativa tributária (No âmbito da União: função exclusiva da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional).
Advocacia Privada	Advogado é indispensável à Justiça (art. 133, CF/88).	- Inviolabilidade no exercício profissional (dentro dos limites legais).	- Defesa de interesses privados perante o Judiciário e a Administração Pública.
Defensoria Pública (DP)	Instituição permanente essencial à função jurisdicional do Estado, garantindo assistência jurídica gratuita aos necessitados (art. 134, CF/88).	Unidade, indivisibilidade e independência funcional.	- Defesa de direitos individuais e coletivos dos necessitados; - Promoção dos direitos humanos e orientação jurídica gratuita.

Órgãos e Estruturas do Ministério Público

Órgão	Abrangência
Ministério Público da União (MPU)	Inclui: MP Federal, MP do Trabalho, MP Militar e MP do Distrito Federal e Territórios.
Ministério Público dos Estados (MPes)	Cada estado possui seu próprio MP.

ATENÇÃO



O **MP Eleitoral** não é um órgão próprio, mas uma função exercida pelo MP.

Composição do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP)

Membro	Indicado por
Procurador-Geral da República	Presidente da República
4 membros do MPU	1 de cada ramo do Ministério Público da União
3 membros do MP Estadual	Ministério Público dos Estados
2 juízes	STF e STJ
2 advogados	OAB
2 cidadãos de notável saber jurídico	Câmara dos Deputados e Senado Federal

Função: Controle administrativo e financeiro do MP, com possibilidade de revisão de atos administrativos e disciplinares.

Garantias e Vedações

Categoria	Ministério Público	Defensoria Pública	Advocacia Pública
Garantias	Vitaliciedade (após 2 anos), inamovibilidade e irredutibilidade de subsídio.	Inamovibilidade, autonomia funcional e administrativa.	Não possui as mesmas garantias do MP.
Vedações	Exercer advocacia, atividade político-partidária, receber honorários, participar de sociedade comercial, acumular cargos (exceto magistério).	Mesmas vedações do MP.	Não previstas constitucionalmente.

OBSERVAÇÕES FINAIS:

a) Aplica-se aos membros do MP a mesma quarentena de saída do Judiciário (vedação de advocacia por 3 anos no juízo ou tribunal do qual se afastou).

b) O chefe do MPU é o PGR, nomeado pelo Presidente da República entre membros da carreira (do MPF) com mais de 35 anos, após aprovação da maioria absoluta do Senado, para mandato de 2 anos, com possibilidade de sucessivas reconduções. Sua destituição também depende de autorização da maioria absoluta do Senado.

c) Os MPEs e do DF formarão lista tríplice com membros da carreira para escolha do Procurador-Geral, que será nomeado pelo chefe do Executivo para mandato de 2 anos, com uma recondução permitida. A destituição dependerá de aprovação da maioria absoluta do Legislativo local, conforme lei complementar.

c) Não se fala em lista tríplice para escolha do PGR.

d) AGU: nomeado livremente pelo Presidente da República (não precisa ser membro das carreiras da AGU) entre cidadãos com mais de 35 anos, notável saber jurídico e reputação ilibada.

e) A CF prevê inamovibilidade e vedação ao exercício da advocacia fora das atribuições institucionais para a DP.

DICA

O MP não integra nenhum dos Três Poderes.

O MP tem legitimidade para ação civil pública, mas não é exclusivo (outros órgãos também podem propor).

O Advogado-Geral da União não precisa ser membro da AGU.

CNMP é órgão de controle externo, não integra o MP.

MP de Contas não integra o Ministério Público.

QUESTÕES DE CONCURSO

001. (2024/POLÍCIA CIVIL DE PERNAMBUCO/DELEGADO DE POLÍCIA) No que diz respeito ao Ministério Público, assinale a opção correta.

- a) Como órgão essencial à função jurisdicional, o Ministério Público deve intervir em todos os processos judiciais.
- b) A defesa do regime democrático por parte do Ministério Público compreende apenas a atuação do órgão no processo eleitoral.
- c) O princípio da indivisibilidade é o que fundamenta a possibilidade de substituição de membros do Ministério Público uns pelos outros em processos.
- d) Os membros do Ministério Público são regidos pelo regime estatutário dos servidores públicos em geral.
- e) Em casos excepcionais, a fim de evitar atrasos na prestação jurisdicional, um juiz pode designar membro do Ministério Público ad hoc, para atuar em um processo.

002. (2024/PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS – SP/PROCURADOR) A Lei Y do Município Alfa permitiu e estabeleceu critérios para o pagamento de honorários advocatícios de sucumbência aos procuradores do referido ente público. Diante do exposto e de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que a referida norma é

- a) inconstitucional, pois a previsão de pagamento de honorários a procuradores viola os princípios republicano, da isonomia e da impessoalidade.
- b) constitucional, pois é autorizada a percepção de honorários por procuradores, desde que observado o teto constitucional no somatório total das verbas remuneratórias recebidas mensalmente.
- c) inconstitucional, pois a previsão de pagamento de honorários a procuradores ofende os princípios da moralidade, da supremacia do interesse público e da razoabilidade.
- d) constitucional, pois os honorários constituem vantagem de natureza remuneratória por serviços prestados com eficiência no desempenho da função pública, podendo, por tal razão, extrapolar o teto constitucional.
- e) inconstitucional, pois a previsão de pagamento de honorários a procuradores ofende a competência da União para legislar sobre direito civil e processo civil.

003. (2024/PREFEITURA DE CAPIVARI DO SUL – RS/ADVOGADO) Assinale a alternativa que complementa corretamente o disposto no Art. 133 da Constituição Federal: “O advogado é indispensável à administração da justiça

- a) sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei”.
- b) sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, exceto em caso

- c) podendo ser responsabilizado por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei”.
- d) sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, irrestrita e ilimitadamente”.
- e) sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão ou fora dele, nos limites da lei”.

004. (2023/CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 14ª REGIÃO/ PROCURADOR JURÍDICO) Quanto à Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta, quanto ao Ministério Público.

- a) O Ministério Público é uma instituição temporária, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.
- b) O Ministério Público é uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais disponíveis.
- c) O Ministério Público é uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.
- d) O Ministério Público é uma instituição permanente, não essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.
- e) O Ministério Público é uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, exclusivamente, a defesa do interesse público primário.

005. (2023/CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DE TOCANTINS/ADVOGADO) No que concerne às atribuições do Ministério Público, da Defensoria Pública e da Advocacia, assinale a alternativa correta.

- a) São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a divisibilidade e a independência funcional.
- b) A Defensoria Pública é instituição permanente a que incumbe, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa dos direitos individuais e coletivos, de forma integral aos necessitados e mediante sistema de pagamento por coparticipação, conforme previsão em lei.
- c) A legitimação do Ministério Público para as ações civis previstas no texto constitucional de 1988 impede a legitimidade de terceiros para propor as mesmas ações.
- d) Nos limites da lei, o advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão.

e) São funções institucionais da Advocacia e da Defensoria Pública exercer o controle externo da atividade policial.

006. (2023/CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL/ADVOGADO) São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

007. (2023/TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA/TITULAR DE SERVIÇOS NOTARIAIS E REGISTRAIS – PROVIMENTO) Em relação ao Poder Judiciário e às funções essenciais à justiça, assinale a opção correta.

- a) O Poder Judiciário brasileiro possui autonomia administrativa, mas não autonomia financeira.
- b) Compete ao CNJ o controle da atuação administrativa, financeira, disciplinar e jurisdicional dos órgãos do Poder Judiciário.
- c) A unidade, a indivisibilidade e a independência funcional são princípios institucionais do Ministério Público.
- d) Os substitutos interinos de serventias extrajudiciais não se submetem ao teto remuneratório constitucional.
- e) A atividade jurisdicional será ininterrupta, sendo vedadas férias coletivas nos juízos e em todos os tribunais.

008. (2023/PROCURADORIA GERAL DO ESTADO – RR/PROCURADOR DO ESTADO SUBSTITUTO) Segundo o Supremo Tribunal Federal (STF), a inamovibilidade é garantia implícita dos membros da advocacia pública.

009. (2023/CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESPIRITO SANTO/PROCURADOR) De acordo com a Constituição Federal, em relação a Advocacia Pública, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O ingresso nas classes iniciais das carreiras da instituição de que trata este artigo far-se-á mediante indicação.
- b) Os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal, organizados em carreira, na qual o ingresso independe de concurso público de provas e títulos, porém caso tenha, necessitará da participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, exercerão a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas.
- c) A Advocacia-Geral da União é a instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.

d) A Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União, de livre nomeação pelo Presidente da República dentre cidadãos maiores de cinquenta anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

e) Na execução da dívida ativa de natureza tributária, a representação da União cabe à Procuradoria-Geral da Fazenda Estadual, observado o disposto em lei.

010. (2023/CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DE SANTA CATARINA/ADVOGADO) A Constituição Federal de 1988 consagrou, no sistema constitucional pátrio, um capítulo dedicado às funções essenciais à Justiça como um dos valores basilares do Direito, ao lado da segurança jurídica (NOVELINO, 2016). Considerando esse tema, assinale a alternativa correta.

a) Em obediência aos princípios da unidade e da indivisibilidade, o procurador-geral da República é de livre escolha do presidente para mandato de 4 anos, improrrogáveis, sem possibilidade de destituição.

b) A defensoria pública é a instituição que, diretamente, representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.

c) As defensorias públicas estaduais não possuem autonomia funcional e administrativa, estando, assim, subordinadas à Defensoria Pública da União para as questões relativas a normas gerais de organização e proposta orçamentária.

d) O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, cabendo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

e) Na execução da dívida ativa de natureza tributária, a representação da União cabe à Procuradoria-Geral da República ou à Defensoria-Geral da União.

011. (2024/MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ/OFICIAL DE PROMOTORIA) O Ministério Público do Estado tem por chefe o Procurador-Geral de Justiça. A respeito da escolha do Procurador-Geral de Justiça e de acordo com o texto constitucional, é correto afirmar que

a) a lista tríplice é formada pelo Ministério Público, dentre integrantes da carreira, com posterior escolha e nomeação pelo Chefe do Poder Executivo estadual, para mandato de dois anos, vedada a recondução.

b) a lista tríplice é formada pelo Ministério Público, dentre integrantes da carreira, cabendo ao Chefe do Poder Executivo estadual submeter um dos nomes para aprovação da Assembleia Legislativa, cujo mandato será de dois anos, admitida a recondução.

c) a lista tríplice é formada pelo Ministério Público, dentre integrantes da carreira, cabendo ao Chefe do Poder Executivo estadual submeter um dos nomes para aprovação da Assembleia Legislativa, cujo mandato será de dois anos, vedada a recondução.

d) a lista tríplice é formada pelo Ministério Público, dentre integrantes da carreira, com posterior escolha e nomeação pelo Chefe do Poder Executivo estadual, para mandato de dois anos, admitida a recondução.

e) a lista tríplice é formada pelo Ministério Público, dentre integrantes da carreira, com posterior votação entre os membros vitalícios para escolha do Procurador-Geral de Justiça, que terá mandato de dois anos, admitida a recondução.

012. (2024/MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ/OFICIAL DE PROMOTORIA) A respeito da composição do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), assinale a alternativa correta.

a) Para que não haja violação à independência funcional, é vedada a participação da Ordem dos Advogados do Brasil na composição do Conselho Nacional do Ministério Público.

b) A composição do Conselho Nacional do Ministério Público é formada por 14 (quatorze) membros, nomeados pelo Presidente da República, após aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.

c) Visando à alternância dos membros, a Constituição Federal de 1988 veda a recondução de membros do Conselho Nacional do Ministério Público.

d) O Conselho Nacional do Ministério Público terá mandato de três anos, admitida uma recondução.

e) A composição do Conselho Nacional do Ministério Público é formada por 14 (quatorze) membros, nomeados pelo Presidente da República, após aprovada a escolha pela maioria simples do Senado Federal.

013. (2024/CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS/ASSISTENTE JURÍDICO) Conforme a Constituição Federal de 1988, a instituição que, diretamente ou por meio de órgão vinculado, representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo, é o(a)

a) Ministério da Justiça.

b) advocacia privada.

c) Ministério Público.

d) Advocacia-Geral da União.

e) Poder Judiciário.

014. (2024/PREFEITURA DE SANTA LEOPOLDINA – ES/PROCURADOR MUNICIPAL) Em conformidade com a Constituição Federal, é CORRETO afirmar que o ingresso na carreira do Ministério Público ocorre:

a) Mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em sua realização, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, três anos de atividade jurídica e observando-se, nas nomeações, a ordem de classificação.

- b) Mediante concurso público de provas, assegurada a participação da Advocacia-Geral da União em sua realização, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, cinco anos de atividade jurídica e observando-se, nas nomeações, a ordem de classificação.
- c) Mediante concurso público de provas, títulos e vida pregressa, assegurada a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em sua realização, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, cinco anos de atividade jurídica e observando-se, nas nomeações, a ordem de classificação.
- d) Mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a participação da Advocacia-Geral da União em sua realização, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, um ano de atividade jurídica e observando-se, nas nomeações, a ordem de classificação.

015. (2024/MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ/AUXILIAR TÉCNICO) Maria é servidora do Ministério Público e, recentemente, passou a auxiliar o Corregedor Nacional do Ministério Público. Para que bem exerça suas funções, Maria deve ter pleno conhecimento de que compete ao Corregedor Nacional do Ministério Público, EXCETO

- a) receber reclamações, de qualquer interessado, relativas aos membros do Ministério Público e dos seus serviços auxiliares.
- b) receber denúncias, de qualquer interessado, relativas aos membros do Ministério Público e dos seus serviços auxiliares.
- c) exercer funções executivas do Conselho Superior do Ministério Público, bem como de inspeção e correição geral.
- d) requisitar servidores de órgãos do Ministério Público.
- e) rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de membros do Ministério Público julgados a menos de dois anos.

016. (2024/PREFEITURA DE MANTENÓPOLIS – ES/PROCURADOR MUNICIPAL) Veja as opções abaixo:

- I. Os membros do Ministério Público gozam de vitaliciedade que é adquirida após três anos do exercício da função.
- II. Em regra, os membros do Ministério Público não podem ser removidos do foro onde atuam contra a sua vontade, salvo exceções previstas na Constituição.
- III. Os membros do Ministério Público gozam da garantia da irredutibilidade de subsídios, o que significa que têm direito à correção monetária automática.

Com base em seus conhecimentos, é possível afirmar que são corretas as opções:

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) II, apenas.
- d) I, apenas.

017. (2024/TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO/ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA: ADMINISTRATIVA) Em conformidade com a Constituição Federal, o Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral

a) de Justiça, nomeado pelo Supremo Tribunal Federal, e sua destituição, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal.

b) da República, nomeado pelo Supremo Tribunal Federal, e sua destituição, por iniciativa do Supremo Tribunal Federal, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal.

c) de Justiça, nomeado pelo Presidente da República, e sua destituição, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Congresso Nacional.

d) da República, nomeado pelo Supremo Tribunal Federal, e sua destituição, por iniciativa do Supremo Tribunal Federal, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Congresso Nacional.

e) da República, nomeado pelo Presidente da República, e sua destituição, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal.

018. (2024/MINISTÉRIO PÚBLICO DE GOIÁS/ANALISTA - ÁREA: INFORMÁTICA) Os Ministérios Públicos dos estados devem formar lista tríplice de integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para escolha de seu procurador-geral, que será nomeado pelo presidente da assembleia legislativa do respectivo estado, para mandato de quatro anos, permitida uma recondução.

019. (2024/SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA DO PIAUÍ/POLICIAL PENAL) A Advocacia-Geral da União (AGU) tem por função basilar, declarada constitucionalmente, representar a União, judicial e extrajudicialmente, bem como exercer as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo. Nas alternativas que seguem, assinale a única alternativa INCORRETA, sobre a Advocacia Geral da União.

a) A Constituição estabeleceu a AGU como órgão de defesa judicial e extrajudicial da União e os membros integrantes das carreiras que a integram gozam da prerrogativa constitucional da vitaliciedade.

b) A Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União, de livre nomeação pelo Presidente da República dentre cidadãos maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

c) Os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal, organizados em carreira, na qual o ingresso dependerá de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem

dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, exercerão a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas.

d) Na execução da dívida ativa de natureza tributária, a representação da União cabe à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, observado o disposto em lei.

e) A Constituição estabeleceu a AGU como órgão de defesa judicial e extrajudicial da União, e os membros integrantes das carreiras que a integram gozam da prerrogativa constitucional da estabilidade.

020. (2024/SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA DO PIAUÍ/POLICIAL PENAL) O Ministério Público recebeu do constituinte de 1988 um tratamento singular no contexto do constitucionalismo brasileiro, reconhecendo uma importância inédita. Sobre o Ministério Público, assinale a alternativa CORRETA.

a) O Conselho Nacional do Ministério Público compõe-se de quatorze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria relativa do Senado Federal, para um mandato de dois anos, não admitido recondução.

b) De acordo com a Constituição Federal está entre as funções institucionais do Ministério Público defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas.

c) O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de quatro anos, permitida a recondução.

d) O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa judicial e extrajudicial dos interesses sociais e individuais disponíveis.

e) A Constituição Federal aponta que são garantias dos membros do Ministério Público, a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional e seus integrantes deverão sempre residir na comarca da respectiva lotação.

021. (2024/MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO/PROCURADOR DO TRABALHO – ADAPTADO) Os Ministérios Públicos da União e dos Estados formarão lista tríplice entre integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para escolha de seu Procurador-Geral, que será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.

022. (2024/TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ACRE/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA DIREITO) Ao Ministério Público, função essencial à justiça, e aos seus membros é assegurada

a) autonomia orçamentária para elaboração de sua proposta orçamentária dentro dos limites da lei de diretrizes orçamentárias.

b) inamovibilidade que permite aos membros da instituição residirem fora da comarca de

- c) independência funcional, para representação judicial e consultoria jurídica de entidades públicas.
- d) autonomia administrativa para propor sobre sua organização e funcionamento.

023. (2024/TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ACRE/ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA OFICIAL DE JUSTIÇA) Alude o Direito Constitucional brasileiro que o Ministério Público é:

- a) instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa do regime republicano e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.
- b) instituição permanente, auxiliar à função jurisdicional e administrativa do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.
- c) instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.
- d) instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica e dos interesses sociais e individuais disponíveis.

024. (2024/PREFEITURA DE SÃO BENTO DO UMA – PE/GUARDA CIVIL MUNICIPAL) Analise as informações a seguir:

I. É vedado aos Membros do Ministério Público: receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, percentagens ou custas processuais; exercer a advocacia; participar de sociedade comercial, na forma da lei; exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, salvo uma de magistério e consultor jurídico temporário; exercer atividade político-partidária; receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei.

II. Entre as funções institucionais do Ministério Público, estão: defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas; promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos; zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia; promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei.

Marque a alternativa CORRETA:

- a) As duas afirmativas são verdadeiras.
- b) A afirmativa I é verdadeira, e a II é falsa.
- c) A afirmativa II é verdadeira, e a I é falsa.
- d) As duas afirmativas são falsas.

025. (2024/MINISTÉRIO PÚBLICO DE TOCANTINS/ANALISTA MINISTERIAL - ÁREA PSICOLOGIA) O Ministério Público tem legitimidade ativa para ajuizar ação civil pública que verse sobre direitos individuais homogêneos.

026. (2024/MINISTÉRIO PÚBLICO DE TOCANTINS/ANALISTA MINISTERIAL - ÁREA PSICOLOGIA) O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) tem competência para rever, de ofício ou mediante provocação, processo disciplinar de servidor do Ministério Público, desde que julgado há menos de um ano.

027. (2024/MINISTÉRIO PÚBLICO DE TOCANTINS/ANALISTA MINISTERIAL - ÁREA PSICOLOGIA) Lei de iniciativa do governador do estado pode criar cargos no âmbito do Ministério Público estadual.

028. (2024/MINISTÉRIO PÚBLICO DE TOCANTINS/TÉCNICO MINISTERIAL - ÁREA ASSISTENTE ADMINISTRATIVO) O assessoramento jurídico do Poder Executivo dos estados cabe aos procuradores dos estados, que ingressam na carreira por concurso público de provas e títulos, sendo vedado o desempenho dessa atividade por ocupante de cargo em comissão.

029. (2024/MINISTÉRIO PÚBLICO DE TOCANTINS/TÉCNICO MINISTERIAL - ÁREA ASSISTENTE ADMINISTRATIVO) A defensoria pública é órgão constitucional subordinado ao Poder Executivo e, portanto, faz parte da sua estrutura administrativa.

030. (2024/MINISTÉRIO PÚBLICO DE TOCANTINS/TÉCNICO MINISTERIAL - ÁREA ASSISTENTE ADMINISTRATIVO) Inexiste qualquer relação de hierarquia entre o Ministério Público Federal e os dos estados, entre o Ministério Público de um estado e o de outro, ou entre os diversos ramos do Ministério Público da União.

031. (2024/TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO/RESIDÊNCIA JURÍDICA) A respeito do poder judiciário na Constituição Federal de 1988, analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

() O Conselho Nacional do Ministério Público é órgão do Poder Judiciário.

() O Superior Tribunal de Justiça Desportiva é órgão do Poder Judiciário.

() O Conselho Nacional de Justiça é órgão do Poder Judiciário.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

a) V - F - V

b) F - V - F

c) F - F - V

d) V - V - F

032. (2024/TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO/RESIDÊNCIA JURÍDICA) A respeito do que dispõe a Constituição Federal de 1988 acerca do Ministério Público, assinale a alternativa correta.

- a) Em razão da função institucional do Ministério Público para defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas, é vedada a propositura de ações civis por terceiros para este fim
- b) A distribuição de processos no Ministério Público será semanal
- c) O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais disponíveis e indisponíveis
- d) Uma das funções institucionais do Ministério Público é promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos na Constituição Federal de 1988

033. (2024/PREFEITURA DE PATO BRAGADO – PR/PROCURADOR JURÍDICO) Nos termos da Constituição Federal, assinalar a alternativa INCORRETA:

- a) O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.
- b) Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira.
- c) O Ministério Público elaborará sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.
- d) Durante a execução orçamentária do exercício, poderá haver a realização de despesas ou a assunção de obrigações que extrapolem os limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, exceto se previamente autorizadas, mediante a abertura de créditos suplementares ou especiais.

034. (2024/POLÍCIA CIVIL DE PERNAMBUCO/DELEGADO DE POLÍCIA - ADAPTADO) O princípio da indivisibilidade é o que fundamenta a possibilidade de substituição de membros do Ministério Público uns pelos outros em processos.

035. (2024/MINISTÉRIO PÚBLICO DO AMAZONAS/AGENTE DE APOIO - ÁREA: ADMINISTRATIVA) O Conselho Nacional do Ministério Público, dentre outros, é integrado por

- a) dois advogados, indicados um pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal.
- b) três membros de Ministério Público de Contas, sendo um indicado pelo Procurador-Geral

- c) quatro membros do Ministério Público da União, indicados pelo Procurador-Geral da República dentre os integrantes de qualquer das carreiras.
- d) dois juízes, indicados um pelo Supremo Tribunal Federal e outro pelo Superior Tribunal de Justiça.
- e) dois desembargadores, um indicado pelo Conselho da Justiça Federal (CJF) e outro indicado pelo Conselho de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil (CONSEPRE).

036. (2024/PREFEITURA DE LORENA – SP/ANALISTA – ÁREA: CONVÊNIO DO TERCEIRO SETOR) Assinale a alternativa INCORRETA acerca das funções institucionais do Ministério Público previstas na Constituição da República:

- a) promover, privativamente, a ação penal pública.
- b) atender às consultas formuladas acerca de questões relativas a direitos indisponíveis, coletivos ou difusos.
- c) defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas.
- d) promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.
- e) exercer o controle externo da atividade policial.

037. (2024/UNIVERSIDADE FEDERAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE PORTO ALEGRE/ASSISTENTE DE ALUNOS) Ana é mãe de 07 filhos. Atualmente, encontra-se desempregada, e o pai das crianças não presta auxílio financeiro na criação dos filhos. Ela deseja entrar com processo judicial para que o pai seja obrigado a pagar alimentos para os filhos. Ocorre que ela não tem condições de arcar com os custos de um advogado. Nessa situação, para obter assistência jurídica gratuita, nos termos da Constituição Federal de 1988, Ana deverá procurar:

- a) O Governador do Estado.
- b) A Prefeitura.
- c) A Câmara de Vereadores.
- d) Os Senadores da República.
- e) A Defensoria Pública.

038. (2024/DEFENSORIA PÚBLICA DO MATO GROSSO DO SUL/ANALISTA – ÁREA ENGENHARIA DA COMPUTAÇÃO) De acordo com o art. 134 da Constituição da República Federativa do Brasil, assinale a alternativa correta.

- a) Lei ordinária organizará a Defensoria Pública da União e do Distrito Federal e dos Territórios e prescreverá normas gerais para sua organização nos Estados.
- b) Às Defensorias Públicas Estaduais é assegurada independência administrativa e autonomia funcional.
- c) São princípios institucionais da Defensoria Pública a unidade, a indivisibilidade e a

d) A Defensoria Pública é instituição independente e essencial à função jurisdicional do Estado.

e) Às Defensorias Públicas Estaduais são asseguradas autonomia funcional e administrativa.

039. (2024/PREFEITURA DE CAPIVARI DO SUL – RS/ADVOGADO) Assinale a alternativa que complementa corretamente o disposto no Art. 133 da Constituição Federal: “O advogado é indispensável à administração da justiça

a) sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei”.

b) sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, exceto em caso de má-fé, nos limites da lei”.

c) podendo ser responsabilizado por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei”.

d) sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, irrestrita e ilimitadamente”.

e) sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão ou fora dele, nos limites da lei”.

040. (2024/CÂMARA DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO – PE/ANALISTA LEGISLATIVO) A Defensoria Pública, integrante das funções essenciais à Justiça, atua exclusivamente na defesa dos interesses do Estado em processos judiciais, não possuindo a atribuição de prestar assistência jurídica gratuita à população carente.

041. (2024/CÂMARA DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO – PE/ANALISTA LEGISLATIVO) O Ministério Público, instituição essencial à função jurisdicional do Estado, atua na defesa da ordem jurídica, dos interesses sociais e individuais indisponíveis. A autonomia funcional e administrativa do MP é garantida pela Constituição Federal.

042. (2024/DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ/ANALISTA DA DEFENSORIA PÚBLICA – ÁREA: ANALISTA EM PSICOLOGIA) A Defensoria Pública é uma instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, e atua no exercício da defesa dos necessitados. Para o desempenho da função institucional, a Constituição Federal prevê expressamente aos membros da Defensoria Pública a garantia de:

a) Vitaliciedade, que é adquirida após dois anos de efetivo exercício no cargo.

b) Irredutibilidade de remuneração, que se dará exclusivamente pelo sistema com base em vencimento.

c) Independência funcional, que lhes assegura a plena autonomia de convicção no exercício de suas funções, ainda que divergente em relação às leis e aos princípios institucionais do órgão.

d) Inamovibilidade, que consiste na vedação à remoção injustificada do defensor, por motivos de interesse político ou perseguição, podendo ocorrer justificadamente nas hipóteses de permuta, a pedido ou de forma compulsória, como aplicação de penalidade.

043. (2024/DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ/TÉCNICO DA DEFENSORIA PÚBLICA – ÁREA: TÉCNICO ADMINISTRATIVO) A Defensoria Pública se revela como instrumento de democratização do acesso às instâncias judiciais, de modo a efetivar o valor constitucional da universalização da justiça. Sobre o tema, assinale a afirmativa INCORRETA.

- a) São princípios institucionais da Defensoria Pública a unidade; a indivisibilidade; e, a independência funcional.
- b) A Defensoria Pública tem legitimidade para a propositura de ação civil pública que vise a promover a tutela judicial de direitos difusos ou coletivos de que sejam titulares, em tese, pessoas necessitadas.
- c) A Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado; a ela incumbe a defesa, em todos os graus, dos direitos individuais dos necessitados. Por sua vez, incumbe ao Ministério Público exclusivamente a defesa dos direitos coletivos desses.
- d) A Lei Federal organizará a Defensoria Pública da União e do Distrito Federal e dos Territórios e prescreverá normas gerais para sua organização nos Estados, em cargos de carreira, providos, na classe inicial, mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a seus integrantes a garantia da inamovibilidade e vedado o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais.

044. (2024/PREFEITURA DE SÃO MARTINHO DA SERRA – RS/TÉCNICO EM INFORMÁTICA) A Constituição Federal de 1988 estabelece as funções institucionais do Ministério Público, sendo elas:

- I. Promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei.
- II. Julgar, nos crimes comuns, os governadores dos estados e do Distrito Federal, e, nestes e nos de responsabilidade, os desembargadores dos tribunais de justiça dos estados e do Distrito Federal, os membros dos tribunais de contas dos estados e do Distrito Federal.
- III. Promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.
- IV. Exercer outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade, sendo-lhe permitida a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas.

Quais estão INCORRETAS?

- a) Apenas II.
- b) Apenas IV.
- c) Apenas I e III.

- d) Apenas II e IV.
- e) I, II, III e IV.

045. (2023/MINISTÉRIO PÚBLICO DO ACRE/ANALISTA MINISTERIAL – ÁREA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO) O Conselho Nacional do Ministério Público compõe-se de quatorze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução, sendo

a) três membros do Ministério Público Federal, assegurada a representação de cada uma de suas carreiras; quatro membros do Ministério Público da União; dois juízes, indicados um pelo Supremo Tribunal Federal e outro pelo Superior Tribunal de Justiça; e dois advogados, indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

b) três membros do Ministério Público da União, assegurada a representação de cada uma de suas carreiras; quatro membros do Ministério Público dos Estados; três juízes, indicados pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Superior Tribunal de Justiça; e um advogado, indicado pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

c) quatro membros do Ministério Público da União, assegurada a representação de cada uma de suas carreiras; três membros do Ministério Público dos Estados; dois juízes, indicados um pelo Supremo Tribunal Federal e outro pelo Superior Tribunal de Justiça; e dois advogados, indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

d) quatro membros do Ministério Público da União, assegurada a representação de cada uma de suas carreiras; dois membros do Ministério Público dos Estados; três juízes, indicados pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Superior Tribunal de Justiça; e dois advogados, indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

046. (2023/MINISTÉRIO PÚBLICO DE GOIÁS/SECRETÁRIO AUXILIAR DA COMARCA DE COCALZINHO) Segundo a Constituição da República Federativa do Brasil, são princípios institucionais do Ministério Público, exceto:

- a) Prevalência dos direitos humanos.
- b) Indivisibilidade.
- c) Independência funcional.
- d) Unidade.

047. (2023/MINISTÉRIO PÚBLICO DE GOIÁS/SECRETÁRIO AUXILIAR DA COMARCA DE COCALZINHO) Qual dessas instituições não integra o Ministério Público da União?

- a) Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT).
- b) Ministério Público Junto ao Tribunal de Contas da União (MPTCU).
- c) Ministério Público Federal (MPF).
- d) Ministério Público Militar (MPM).

048. (2023/MINISTÉRIO PÚBLICO DE GOIÁS/SECRETÁRIO AUXILIAR DA COMARCA DE COCALZINHO) A propositura ao Poder Legislativo da fixação, da revisão, do reajuste e da recomposição dos vencimentos dos membros do Ministério Público e de seus servidores, determinando as implantações decorrentes do sistema remuneratório, constitui atribuição:

- a) do Corregedor-Geral do Ministério Público.
- b) do Procurador-Geral de Justiça.
- c) do Conselho Superior do Ministério Público, após decisão colegiada.
- d) do Colégio de Ministério Público, após decisão colegiada.

049. (2023/COMPANHIA DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO DE SANTOS/ADVOGADO GENERALISTA) Ao tratar das funções essenciais à justiça, a Constituição Federal de 1988 estabelece que:

- a) incumbe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais, privados e individuais disponíveis
- b) apenas o Ministério Público tem como princípios institucionais a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional
- c) o advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei
- d) a Advocacia-Geral da União é a instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei ordinária que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo

050. (2023/CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS DE SERGIPE/ASSISTENTE JURÍDICO) A advocacia pública é função essencial à Justiça e, nos termos da Constituição Federal de 1988, a Advocacia-Geral da União é a instituição que representa, judicial e extrajudicialmente, a União. Sobre a advocacia pública, assinale a afirmativa correta.

- a) Os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal adquirem estabilidade após dois anos de efetivo exercício no cargo.
- b) As Procuradorias dos Estados prestam consultoria e assistência jurídica às entidades da Administração direta e indireta.
- c) O Chefe da Advocacia-Geral da União é o Advogado-Geral da União, que será nomeado pelo presidente da República dentre advogados públicos do último nível da carreira.
- d) Os advogados públicos poderão receber verba de honorário de sucumbência cumulado com subsídio, desde que respeitado o limite do teto constitucional para o funcionalismo público.

051. (2023/PREFEITURA DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ - SC - ADVOGADO) Assinale a alternativa correta de acordo com a Constituição Federal.

- a) A Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União, de livre nomeação pelo Presidente da República dentre cidadãos maiores de trinta anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.
- b) O ingresso nas classes iniciais das carreiras da Advocacia Geral da União far-se-á mediante concurso público ou processo seletivo simplificado, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases.
- c) A Advocacia-Geral da União é a instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.
- d) Os Procuradores do Estado e do Distrito Federal exercerão com exclusividade a representação judicial, podendo a atividade de consultoria e assessoria jurídica ser delegada a profissional com registro na Ordem dos Advogados do Brasil.
- e) Aos Procuradores do Estado e do Distrito Federal é assegurada estabilidade após dois anos de efetivo exercício, mediante avaliação de desempenho perante os órgãos próprios, após relatório circunstanciado das corregedorias.

052. (2022/PREFEITURA DE ITAPIRANGA - SC - CONTROLADOR INTERNO) A Constituição Federal de 1988 define expressamente que o advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei. Nesse sentido, é CORRETO afirmar ser um dos princípios institucionais da Defensoria Pública.

- a) Competência.
- b) Tipicidade.
- c) Indivisibilidade.
- d) Autoexecutoriedade.

053. (2022/PGM RECIFE - PE - PROCURADOR JUDICIAL MUNICIPAL) Leis complementares da União e dos estados, cuja iniciativa é facultada aos respectivos procuradores-gerais, estabelecerão a organização, as atribuições e o estatuto de cada Ministério Público, observada, relativamente a seus membros, a garantia da

- a) vitaliciedade, somente após três anos de exercício
- b) inamovibilidade, ainda que haja interesse público.
- c) irredutibilidade de subsídio.
- d) da vitaliciedade, somente após cinco anos de exercício.
- e) inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão do presidente do Supremo Tribunal Federal.

054. (2022/PGE-ES - RESIDÊNCIA JURÍDICA) Segundo a Constituição da República Federativa do Brasil, assinale a afirmativa INCORRETA.

- a) Na execução da dívida ativa de natureza tributária, a representação da União cabe à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, observado o disposto em lei.
- b) A Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União, de livre nomeação pelo Presidente da República dentre cidadãos maiores de 35 (trinta e cinco) anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.
- c) A Advocacia-Geral da União é a instituição que, diretamente ou através de órgão terceirizado, representa a União, judicial, cabendo-lhe, nos termos da lei ordinária que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.
- d) Os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal, organizados em carreira, na qual o ingresso dependerá de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, exercerão a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas.

055. (2022/TRT - 14ª REGIÃO (RO E AC) - TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA) De acordo com a Constituição Federal, o Ministério Público

- a) da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República, dentre os candidatos que podem ou não ser integrantes da carreira, desde que tenham mais de quarenta e cinco anos de idade.
- b) tem como princípios institucionais a unidade e a indivisibilidade, não possuindo, entretanto, a independência funcional como seu princípio institucional.
- c) abrange, além dos Ministérios Públicos dos Estados, o Ministério Público da União, que compreende, apenas, o Ministério Público Federal e o Ministério Público do Trabalho.
- d) é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.
- e) abrange os Ministérios Públicos dos Estados, sendo que estes formarão lista tríplice dentre integrantes da carreira para escolha de seu Procurador-Geral para mandato de dois anos, não sendo permitida recondução.

056. (2022/TRT - 17ª REGIÃO (ES) - TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA) De acordo com a Constituição Federal, o Ministério Público

- a) da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, cuja destituição, por iniciativa da maioria absoluta do Senado Federal, deverá ser precedida de autorização do Presidente da República.
- b) da União não compreende o Ministério Público do Trabalho, tendo em vista que a Justiça

c) da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, cuja destituição, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal.

d) é instituição permanente, sendo que os Ministérios Públicos dos Estados formarão lista tríplice dentre integrantes da carreira para escolha de seu Procurador-Geral, que será nomeado pelo Senado Federal para mandato de dois anos, proibida a recondução.

e) abrange o Ministério Público da União e dos Estados, sendo aos seus membros garantida a vitaliciedade, após três anos de efetivo exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial, independentemente do seu trânsito em julgado.

057. (2022/TRT - 5ª REGIÃO (BA) - TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA) O Ministério Público, como instituição permanente e essencial à Justiça, tem suas funções institucionais definidas na Constituição Federal, podendo-se destacar, entre outras, a função de

a) promover, privativamente, a ação civil pública para proteção de interesses difusos e coletivos.

b) promover o inquérito civil para a proteção das vítimas de crimes.

c) propor ao Poder Judiciário a criação e extinção de seus cargos.

d) zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia.

e) exercer a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas.

058. (2022/PGE-SC - CONTADOR - EDITAL Nº 2) As funções essenciais à Justiça são mecanismos que objetivam atender ao direito fundamental de acesso à Justiça, promovendo a todos que tenham assegurados os seus direitos. Considerando o que dispõem a Constituição Federal e a Constituição do Estado de Santa Catarina, assinale a afirmativa INCORRETA.

a) O advogado é indispensável à administração da Justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei.

b) A Advocacia Pública é a instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa a Administração, judicial e extrajudicialmente.

c) É assegurada a todos os servidores que exercem as funções essenciais à Justiça a garantia de vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de subsídio.

d) O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

e) A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus,

judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados.

059. (2022/CRC-MG - AUXILIAR ADMINISTRATIVO) O advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e suas manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei.

060. (2022/ PREFEITURA DE DOURADOS - MS - PROCURADOR MUNICIPAL) No que se refere às disposições constitucionais aplicáveis ao Ministério Público, assinale a alternativa incorreta.

a) A destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal

b) O Ministério Público abrange o Ministério Público da União e os Ministérios Públicos dos Estados

c) Apresenta-se como função institucional do Ministério Público promover, privativamente, a ação civil pública, na forma da lei

d) O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução

061. (2022/CREF - 5ª REGIÃO - AGENTE ADMINISTRATIVO) A Defensoria Pública é instituição de caráter temporário e essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos aos necessitados, de forma integral e mediante o pagamento de taxas módicas.

062. (2022/CREF - 5ª REGIÃO - AGENTE ADMINISTRATIVO) A Advocacia-Geral da União tem como chefe o advogado-geral da União, de livre nomeação pelo presidente da República e escolhido entre os membros da respectiva carreira, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

063. (2022/CREF - 5ª REGIÃO - AGENTE ADMINISTRATIVO) O Ministério Público é instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

064. (2022/SEDF - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA - DIREITO) A Defensoria Pública é uma instituição permanente que tem como incumbência a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos

065. (2022/SEE-PE - ANALISTA EM GESTÃO EDUCACIONAL – GERAL) Na CF, são previstas, como funções essenciais à justiça, não apenas o Ministério Público, mas também a Advocacia Pública e a Defensoria Pública.

066. (2022/TRT - 23ª REGIÃO (MT) - TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA) Caetano é membro do Ministério Público Federal. Em conformidade com a Constituição Federal de 1988, é garantido a Caetano

- a) exercer qualquer outra função pública, inclusive uma de magistério.
- b) vitaliciedade, somente após três anos de exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado.
- c) inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão fundamentada do Procurador-Geral da República.
- d) vitaliciedade, após dois anos de exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado.
- e) inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão do órgão colegiado competente do Ministério Público, por votação unânime de seus membros, assegurada ampla defesa.

067. (2022/MPE-GO - OFICIAL DE PROMOTORIA) Ao membro do Ministério Público a Constituição Federal de 1988 impõe as seguintes vedações e/ou obrigações, exceto:

- a) Deverão residir na comarca da respectiva lotação, salvo autorização do chefe da instituição.
- b) É vedado exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.
- c) É proibido receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei.
- d) Não podem votar ou serem votados, ou, de qualquer modo, exercer atividade político-partidária.

068. (2022/MPC-SC - PROCURADOR DE CONTAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO) Não compete ao CNMP conhecer das reclamações feitas contra os serviços auxiliares dos MP dos estados.

GABARITO

- | | |
|-------|-------|
| 1. c | 37. e |
| 2. b | 38. e |
| 3. a | 39. a |
| 4. c | 40. E |
| 5. d | 41. C |
| 6. C | 42. d |
| 7. c | 43. c |
| 8. E | 44. d |
| 9. c | 45. c |
| 10. d | 46. a |
| 11. d | 47. b |
| 12. b | 48. b |
| 13. d | 49. c |
| 14. a | 50. d |
| 15. e | 51. c |
| 16. c | 52. c |
| 17. e | 53. c |
| 18. E | 54. c |
| 19. a | 55. d |
| 20. b | 56. c |
| 21. E | 57. d |
| 22. d | 58. c |
| 23. c | 59. C |
| 24. c | 60. c |
| 25. C | 61. E |
| 26. E | 62. E |
| 27. E | 63. C |
| 28. C | 64. C |
| 29. E | 65. C |
| 30. C | 66. d |
| 31. c | 67. d |
| 32. d | 68. E |
| 33. d | |
| 34. C | |
| 35. d | |
| 36. b | |

GABARITO COMENTADO

001. (2024/POLÍCIA CIVIL DE PERNAMBUCO/DELEGADO DE POLÍCIA) No que diz respeito ao Ministério Público, assinale a opção correta.

- a) Como órgão essencial à função jurisdicional, o Ministério Público deve intervir em todos os processos judiciais.
- b) A defesa do regime democrático por parte do Ministério Público compreende apenas a atuação do órgão no processo eleitoral.
- c) O princípio da indivisibilidade é o que fundamenta a possibilidade de substituição de membros do Ministério Público uns pelos outros em processos.
- d) Os membros do Ministério Público são regidos pelo regime estatutário dos servidores públicos em geral.
- e) Em casos excepcionais, a fim de evitar atrasos na prestação jurisdicional, um juiz pode designar membro do Ministério Público ad hoc, para atuar em um processo.



O princípio da indivisibilidade do Ministério Público estabelece que seus membros podem ser substituídos uns pelos outros, conforme as necessidades e as regras internas da instituição, sem que isso afete a continuidade da atuação institucional. Este princípio permite que a atuação do Ministério Público permaneça coesa e contínua, independentemente das mudanças de seus membros individuais em casos específicos.

Letra c.

002. (2024/PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS – SP/PROCURADOR) A Lei Y do Município Alfa permitiu e estabeleceu critérios para o pagamento de honorários advocatícios de sucumbência aos procuradores do referido ente público. Diante do exposto e de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que a referida norma é

a) inconstitucional, pois a previsão de pagamento de honorários a procuradores viola os princípios republicano, da isonomia e da impessoalidade.

b) constitucional, pois é autorizada a percepção de honorários por procuradores, desde que observado o teto constitucional no somatório total das verbas remuneratórias recebidas mensalmente.

c) inconstitucional, pois a previsão de pagamento de honorários a procuradores ofende os princípios da moralidade, da supremacia do interesse público e da razoabilidade.

d) constitucional, pois os honorários constituem vantagem de natureza remuneratória por serviços prestados com eficiência no desempenho da função pública, podendo, por tal razão, extrapolar o teto constitucional.

e) inconstitucional, pois a previsão de pagamento de honorários a procuradores ofende a competência da União para legislar sobre direito civil e processo civil.



De acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), o pagamento de honorários de sucumbência a procuradores públicos é constitucional, desde que a soma desses honorários com as demais verbas remuneratórias respeite o teto constitucional imposto aos servidores públicos. Essa posição foi firmada pelo STF, que entendeu que os honorários de sucumbência recebidos por advogados públicos não se confundem com a remuneração pelo exercício de suas funções, constituindo uma verba de natureza alimentar decorrente do exercício da advocacia.

Letra b.

003. (2024/PREFEITURA DE CAPIVARI DO SUL – RS/ADVOGADO) Assinale a alternativa que complementa corretamente o disposto no Art. 133 da Constituição Federal: “O advogado é indispensável à administração da justiça

- a) sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei”.
- b) sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, exceto em caso de má-fé, nos limites da lei”.
- c) podendo ser responsabilizado por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei”.
- d) sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, irrestrita e ilimitadamente”.
- e) sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão ou fora dele, nos limites da lei”.



O artigo 133 da Constituição Federal de 1988 estabelece que “O advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei”. Esta disposição constitucional reconhece a importância do papel do advogado no sistema de justiça e garante proteção às suas atividades profissionais, assegurando a liberdade de atuação, mas sempre dentro dos limites estabelecidos pela legislação.

Letra a.

004. (2023/CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 14ª REGIÃO/ PROCURADOR JURÍDICO) Quanto à Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta, quanto ao Ministério Público.

- a) O Ministério Público é uma instituição temporária, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.
- b) O Ministério Público é uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais disponíveis.
- c) O Ministério Público é uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.
- d) O Ministério Público é uma instituição permanente, não essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.
- e) O Ministério Público é uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, exclusivamente, a defesa do interesse público primário.



Esta afirmação está de acordo com o que dispõe a Constituição Federal de 1988, especificamente no artigo 127, que define o Ministério Público como uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, e lhe atribui a responsabilidade de defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis. A função do Ministério Público é, portanto, de suma importância para o funcionamento do Estado Democrático de Direito, atuando de forma autônoma e independente.

Letra c.

005. (2023/CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DE TOCANTINS/ADVOGADO) No que concerne às atribuições do Ministério Público, da Defensoria Pública e da Advocacia, assinale a alternativa correta.

- a) São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a divisibilidade e a independência funcional.
- b) A Defensoria Pública é instituição permanente a que incumbe, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa dos direitos individuais e coletivos, de forma integral aos necessitados e mediante sistema de pagamento por coparticipação, conforme previsão em lei.
- c) A legitimação do Ministério Público para as ações civis previstas no texto constitucional de 1988 impede a legitimidade de terceiros para propor as mesmas ações.
- d) Nos limites da lei, o advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão.
- e) São funções institucionais da Advocacia e da Defensoria Pública exercer o controle



É uma referência direta ao que dispõe o artigo 133 da Constituição Federal de 1988, que reconhece o advogado como indispensável à administração da justiça. Este dispositivo garante a inviolabilidade dos atos e manifestações dos advogados no exercício da profissão, dentro dos limites da lei, assegurando a liberdade de atuação em defesa do direito de seus clientes.

Letra d.

006. (2023/CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL/ADVOGADO) São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.



Os princípios institucionais do Ministério Público são a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional, conforme estabelecido no artigo 127, § 1º, da Constituição Federal de 1988.

Certo.

007. (2023/TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA/TITULAR DE SERVIÇOS NOTARIAIS E REGISTRAIS – PROVIMENTO) Em relação ao Poder Judiciário e às funções essenciais à justiça, assinale a opção correta.

- a) O Poder Judiciário brasileiro possui autonomia administrativa, mas não autonomia financeira.
- b) Compete ao CNJ o controle da atuação administrativa, financeira, disciplinar e jurisdicional dos órgãos do Poder Judiciário.
- c) A unidade, a indivisibilidade e a independência funcional são princípios institucionais do Ministério Público.
- d) Os substitutos interinos de serventias extrajudiciais não se submetem ao teto remuneratório constitucional.
- e) A atividade jurisdicional será ininterrupta, sendo vedadas férias coletivas nos juízos e em todos os tribunais.



Está alinhada com o artigo 127, § 1º, da Constituição Federal de 1988, que estabelece que o Ministério Público é uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, e que atua com base nos princípios da unidade, da indivisibilidade e da independência funcional.

Letra c.

008. (2023/PROCURADORIA GERAL DO ESTADO – RR/PROCURADOR DO ESTADO SUBSTITUTO) Segundo o Supremo Tribunal Federal (STF), a inamovibilidade é garantia implícita dos membros da advocacia pública.



A afirmação de que a inamovibilidade é garantia implícita dos membros da advocacia pública não reflete a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, tampouco é prevista no texto constitucional. Na Constituição Federal, a inamovibilidade é expressamente assegurada aos membros do Ministério Público (art. 128, § 5º, I, “b”) e aos juízes (art. 95, II), como uma das garantias de sua autonomia funcional e independência. Para os membros da advocacia pública, a inamovibilidade não é mencionada na Constituição Federal.

Errado.

009. (2023/CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESPIRITO SANTO/PROCURADOR) De acordo com a Constituição Federal, em relação a Advocacia Pública, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O ingresso nas classes iniciais das carreiras da instituição de que trata este artigo far-se-á mediante indicação.
- b) Os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal, organizados em carreira, na qual o ingresso independe de concurso público de provas e títulos, porém caso tenha, necessitará da participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, exercerão a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas.
- c) A Advocacia-Geral da União é a instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.
- d) A Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União, de livre nomeação pelo Presidente da República dentre cidadãos maiores de cinquenta anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.
- e) Na execução da dívida ativa de natureza tributária, a representação da União cabe à Procuradoria-Geral da Fazenda Estadual, observado o disposto em lei.



A letra “c” está correta e alinha-se ao disposto no artigo 131 da Constituição Federal de 1988, que define a Advocacia-Geral da União (AGU) como a instituição responsável pela representação da União, tanto em âmbito judicial quanto extrajudicial, além de realizar as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo. A organização e o funcionamento da AGU são estabelecidos por lei complementar.

Letra c.

010. (2023/CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DE SANTA CATARINA/ADVOGADO) A Constituição Federal de 1988 consagrou, no sistema constitucional pátrio, um capítulo dedicado às funções essenciais à Justiça como um dos valores basilares do Direito, ao lado da segurança jurídica (NOVELINO, 2016). Considerando esse tema, assinale a alternativa correta.

a) Em obediência aos princípios da unidade e da indivisibilidade, o procurador-geral da República é de livre escolha do presidente para mandato de 4 anos, improrrogáveis, sem possibilidade de destituição.

b) A defensoria pública é a instituição que, diretamente, representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.

c) As defensorias públicas estaduais não possuem autonomia funcional e administrativa, estando, assim, subordinadas à Defensoria Pública da União para as questões relativas a normas gerais de organização e proposta orçamentária.

d) O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, cabendo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

e) Na execução da dívida ativa de natureza tributária, a representação da União cabe à Procuradoria-Geral da República ou à Defensoria-Geral da União.



A letra “d” está correta e reflete o disposto no artigo 127 da Constituição Federal de 1988, que estabelece o Ministério Público como uma instituição essencial à Justiça, com a função de defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis, demonstrando sua importância fundamental no sistema jurídico brasileiro.

Letra d.

011. (2024/MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ/OFICIAL DE PROMOTORIA) O Ministério Público do Estado tem por chefe o Procurador-Geral de Justiça. A respeito da escolha do Procurador-Geral de Justiça e de acordo com o texto constitucional, é correto afirmar que

a) a lista tríplice é formada pelo Ministério Público, dentre integrantes da carreira, com posterior escolha e nomeação pelo Chefe do Poder Executivo estadual, para mandato de dois anos, vedada a recondução.

b) a lista tríplice é formada pelo Ministério Público, dentre integrantes da carreira, cabendo ao Chefe do Poder Executivo estadual submeter um dos nomes para aprovação da Assembleia Legislativa, cujo mandato será de dois anos, admitida a recondução.

c) a lista tríplice é formada pelo Ministério Público, dentre integrantes da carreira, cabendo ao Chefe do Poder Executivo estadual submeter um dos nomes para aprovação da Assembleia Legislativa, cujo mandato será de dois anos, vedada a recondução.

d) a lista tríplice é formada pelo Ministério Público, dentre integrantes da carreira, com posterior escolha e nomeação pelo Chefe do Poder Executivo estadual, para mandato de dois anos, admitida a recondução.

e) a lista tríplice é formada pelo Ministério Público, dentre integrantes da carreira, com posterior votação entre os membros vitalícios para escolha do Procurador-Geral de Justiça, que terá mandato de dois anos, admitida a recondução.



De acordo com o art. 128, § 3º, da Constituição Federal de 1988, o Procurador-Geral de Justiça, chefe do Ministério Público Estadual, é escolhido pelo Governador do Estado entre os integrantes de uma lista tríplice formada pelos próprios membros do Ministério Público, para um mandato de dois anos, sendo admitida uma recondução.

Letra d.

012. (2024/MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ/OFICIAL DE PROMOTORIA) A respeito da composição do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), assinale a alternativa correta.

a) Para que não haja violação à independência funcional, é vedada a participação da Ordem dos Advogados do Brasil na composição do Conselho Nacional do Ministério Público.

b) A composição do Conselho Nacional do Ministério Público é formada por 14 (quatorze) membros, nomeados pelo Presidente da República, após aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.

c) Visando à alternância dos membros, a Constituição Federal de 1988 veda a recondução de membros do Conselho Nacional do Ministério Público.

d) O Conselho Nacional do Ministério Público terá mandato de três anos, admitida uma recondução.

e) A composição do Conselho Nacional do Ministério Público é formada por 14 (quatorze) membros, nomeados pelo Presidente da República, após aprovada a escolha pela maioria simples do Senado Federal.



O Conselho Nacional do Ministério Público compõe-se de quatorze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução (art. 130-A, caput, da CF/1988).

Análise das alternativas:

a) Errada. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) tem representação no CNMP, com a indicação de dois advogados, conforme o art. 130-A, V, da CF/1988.

c) Errada. A recondução é permitida para os membros do CNMP, de acordo com o texto constitucional (art. 130-A, "caput", da CF/1988).

d) Errada. O mandato dos membros do CNMP é de dois anos, e não três, sendo admitida uma recondução (art. 130-A, “caput”, da CF/1988).

e) Errada. A aprovação dos indicados pelo Presidente da República ocorre pela maioria absoluta do Senado Federal, e não pela maioria simples (art. 130-A, “caput”, da CF/1988).

Letra b.

013. (2024/CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS/ASSISTENTE JURÍDICO) Conforme a Constituição Federal de 1988, a instituição que, diretamente ou por meio de órgão vinculado, representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo, é o(a)

- a) Ministério da Justiça.
- b) advocacia privada.
- c) Ministério Público.
- d) Advocacia-Geral da União.
- e) Poder Judiciário.



Conforme o art. 131, “caput”, da Constituição Federal de 1988, a Advocacia-Geral da União (AGU) é a instituição responsável por: a) representar a União, judicial e extrajudicialmente; e b) realizar atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.

Letra d.

014. (2024/PREFEITURA DE SANTA LEOPOLDINA – ES/PROCURADOR MUNICIPAL) Em conformidade com a Constituição Federal, é CORRETO afirmar que o ingresso na carreira do Ministério Público ocorre:

- a) Mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em sua realização, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, três anos de atividade jurídica e observando-se, nas nomeações, a ordem de classificação.
- b) Mediante concurso público de provas, assegurada a participação da Advocacia-Geral da União em sua realização, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, cinco anos de atividade jurídica e observando-se, nas nomeações, a ordem de classificação.
- c) Mediante concurso público de provas, títulos e vida pregressa, assegurada a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em sua realização, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, cinco anos de atividade jurídica e observando-se, nas nomeações, a ordem de classificação.
- d) Mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a participação da Advocacia-Geral da União em sua realização, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, um ano de atividade jurídica e observando-se, nas nomeações, a ordem de classificação.



De acordo com o art. 129, § 3º, da Constituição Federal de 1988, o ingresso na carreira do Ministério Público ocorre: 1) mediante concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) em sua realização; 2) é exigido do candidato ser bacharel em Direito, com, no mínimo, três anos de atividade jurídica comprovada; 3) deve-se respeitar a ordem de classificação dos candidatos aprovados.

Letra a.

015. (2024/MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ/AUXILIAR TÉCNICO) Maria é servidora do Ministério Público e, recentemente, passou a auxiliar o Corregedor Nacional do Ministério Público. Para que bem exerça suas funções, Maria deve ter pleno conhecimento de que compete ao Corregedor Nacional do Ministério Público, EXCETO

- a) receber reclamações, de qualquer interessado, relativas aos membros do Ministério Público e dos seus serviços auxiliares.
- b) receber denúncias, de qualquer interessado, relativas aos membros do Ministério Público e dos seus serviços auxiliares.
- c) exercer funções executivas do Conselho Superior do Ministério Público, bem como de inspeção e correição geral.
- d) requisitar servidores de órgãos do Ministério Público.
- e) rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de membros do Ministério Público julgados a menos de dois anos.



Essa competência não é atribuída ao Corregedor Nacional do Ministério Público de acordo com as disposições constitucionais. A competência de rever processos disciplinares de membros do Ministério Público é do próprio Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), e não exclusivamente do Corregedor Nacional. Além disso, a revisão desses processos só pode ocorrer em prazo inferior a um ano. Conforme o art. 130-A, § 3º, da CF/1988, "O Conselho escolherá, em votação secreta, um Corregedor nacional, dentre os membros do Ministério Público que o integram, vedada a recondução, competindo-lhe, além das atribuições que lhe forem conferidas pela lei, as seguintes: I - receber reclamações e denúncias, de qualquer interessado, relativas aos membros do Ministério Público e dos seus serviços auxiliares; II - exercer funções executivas do Conselho, de inspeção e correição geral; III - requisitar e designar membros do Ministério Público, delegando-lhes atribuições, e requisitar servidores de órgãos do Ministério Público.

Letra e.

016. (2024/PREFEITURA DE MANTENÓPOLIS – ES/PROCURADOR MUNICIPAL) Veja as opções abaixo:

I. Os membros do Ministério Público gozam de vitaliciedade que é adquirida após três anos do exercício da função.

II. Em regra, os membros do Ministério Público não podem ser removidos do foro onde atuam contra a sua vontade, salvo exceções previstas na Constituição.

III. Os membros do Ministério Público gozam da garantia da irredutibilidade de subsídios, o que significa que têm direito à correção monetária automática.

Com base em seus conhecimentos, é possível afirmar que são corretas as opções:

a) I e II.

b) II e III.

c) II, apenas.

d) I, apenas.



I. Errada. Conforme o art. 128, § 5º, inciso I, alínea a, da Constituição Federal de 1988, os membros do Ministério Público gozam de vitaliciedade após dois anos no exercício do cargo, adquirindo a prerrogativa após aprovação em estágio probatório. Antes desse período, podem ser exonerados por decisão administrativa fundamentada. Após o vitaliciamento, só perderão o cargo por sentença judicial transitada em julgado

II. Certa. Os membros do Ministério Público possuem a garantia da inamovibilidade, prevista no art. 128, § 5º, inciso I, alínea b, da CF/88. A remoção contra a vontade só pode ocorrer por motivo de interesse público, devidamente fundamentado e após decisão por maioria absoluta do respectivo órgão colegiado, assegurada ampla defesa.

III. Errada. A irredutibilidade de subsídios, prevista no art. 128, § 5º, inciso I, alínea c, da CF/88, garante que os membros do Ministério Público não terão seus vencimentos reduzidos. Contudo, essa garantia não inclui correção monetária automática, pois depende de decisão legislativa e obedece aos limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal e pela política de remuneração do setor público.

Letra c.

017. (2024/TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA: ADMINISTRATIVA) Em conformidade com a Constituição Federal, o Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral

a) de Justiça, nomeado pelo Supremo Tribunal Federal, e sua destituição, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal.

b) da República, nomeado pelo Supremo Tribunal Federal, e sua destituição, por iniciativa do Supremo Tribunal Federal, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal.

c) de Justiça, nomeado pelo Presidente da República, e sua destituição, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Congresso Nacional.

d) da República, nomeado pelo Supremo Tribunal Federal, e sua destituição, por iniciativa do Supremo Tribunal Federal, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Congresso Nacional.

e) da República, nomeado pelo Presidente da República, e sua destituição, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal.



De acordo com o art. 128, § 1º, da Constituição Federal de 1988, “O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução”. Ainda, segundo o art. 128, § 2º, da CF/88, “A destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal”.

Letra e.

018. (2024/MINISTÉRIO PÚBLICO DE GOIÁS/ANALISTA - ÁREA: INFORMÁTICA) Os Ministérios Públicos dos estados devem formar lista tríplice de integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para escolha de seu procurador-geral, que será nomeado pelo presidente da assembleia legislativa do respectivo estado, para mandato de quatro anos, permitida uma recondução.



De acordo com o art. 128, § 3º, da Constituição Federal de 1988, o Procurador-Geral de Justiça dos Estados será nomeado pelo Governador do Estado, e não pelo presidente da Assembleia Legislativa. O mandato do Procurador-Geral de Justiça é de dois anos, permitida uma recondução.

Errado.

019. (2024/SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA DO PIAUÍ/POLICIAL PENAL) A Advocacia-Geral da União (AGU) tem por função basilar, declarada constitucionalmente, representar a União, judicial e extrajudicialmente, bem como exercer as atividades de consultoria e

assessoramento jurídico do Poder Executivo. Nas alternativas que seguem, assinale a única alternativa INCORRETA, sobre a Advocacia Geral da União.

- a) A Constituição estabeleceu a AGU como órgão de defesa judicial e extrajudicial da União e os membros integrantes das carreiras que a integram gozam da prerrogativa constitucional da vitaliciedade.
- b) A Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União, de livre nomeação pelo Presidente da República dentre cidadãos maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.
- c) Os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal, organizados em carreira, na qual o ingresso dependerá de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, exercerão a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas.
- d) Na execução da dívida ativa de natureza tributária, a representação da União cabe à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, observado o disposto em lei.
- e) A Constituição estabeleceu a AGU como órgão de defesa judicial e extrajudicial da União, e os membros integrantes das carreiras que a integram gozam da prerrogativa constitucional da estabilidade.



- a) Errada. A vitaliciedade não é prerrogativa dos membros da AGU (Advogados da União, Procuradores da Fazenda Nacional, Procuradores Federais e Procuradores do Banco Central). Esses membros possuem a garantia de estabilidade após três anos de efetivo exercício, conforme as normas aplicáveis ao servidor público, mas não a vitaliciedade, que é garantida, por exemplo, aos juízes e membros do Ministério Público.
- b) Certa. O art. 131, caput, da Constituição Federal, estabelece essas condições para o chefe da AGU.
- c) Certa. Conforme o art. 132 da CF, essa é a função dos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal.
- d) Certa. O art. 131, § 3º, da CF, estabelece que a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional é responsável pela representação da União na execução da dívida ativa de natureza tributária.
- e) Certa. De fato, os membros da AGU possuem estabilidade após três anos de efetivo exercício, conforme o regime jurídico dos servidores públicos (art. 41, da CF). Além disso, segundo o art. 131, "caput", da CF/88, "A Advocacia-Geral da União é a instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo".

Letra a.

020. (2024/SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA DO PIAUÍ/POLICIAL PENAL) O Ministério Público recebeu do constituinte de 1988 um tratamento singular no contexto do constitucionalismo brasileiro, reconhecendo uma importância inédita. Sobre o Ministério Público, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O Conselho Nacional do Ministério Público compõe-se de quatorze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria relativa do Senado Federal, para um mandato de dois anos, não admitido recondução.
- b) De acordo com a Constituição Federal está entre as funções institucionais do Ministério Público defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas.
- c) O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de quatro anos, permitida a recondução.
- d) O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa judicial e extrajudicial dos interesses sociais e individuais disponíveis.
- e) A Constituição Federal aponta que são garantias dos membros do Ministério Público, a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional e seus integrantes deverão sempre residir na comarca da respectiva lotação.



- a) Errada. O CNMP é composto por 14 membros nomeados pelo Presidente da República, após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal, para um mandato de dois anos, com admissão de uma recondução (art. 130-A, caput, da CF).
- b) Certa. Segundo o art. 129, V, da CF/1988, é uma das funções institucionais do Ministério Público defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas,
- c) Errada. O art. 128, § 1º, da CF, estabelece que “O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução”.
- d) Errada. Conforme o art. 127, caput, da CF, “O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis”.
- e) Errada. As garantias do Ministério Público mencionadas (unidade, indivisibilidade e independência funcional) estão corretas. Contudo, a residência obrigatória na comarca da lotação é assim prevista no art. 129, § 2º, da CF, “As funções do Ministério Público só podem

ser exercidas por integrantes da carreira, que deverão residir na comarca da respectiva lotação, salvo autorização do chefe da instituição".

Letra b.

021. (2024/MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO/PROCURADOR DO TRABALHO – ADAPTADO)
Os Ministérios Públicos da União e dos Estados formarão lista tríplice entre integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para escolha de seu Procurador-Geral, que será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.



A questão está duplamente errada. Primeiro, não se fala em lista tríplice para a escolha do PGR. Ademais, no caso do PGR pode haver sucessivas reconduções (e não apenas uma). Conforme o art. 128, § 1º, da CF/1988, "O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução".

Errado.

022. (2024/TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ACRE/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA DIREITO) Ao Ministério Público, função essencial à justiça, e aos seus membros é assegurada

- a) autonomia orçamentária para elaboração de sua proposta orçamentária dentro dos limites da lei de diretrizes orçamentárias.
- b) inamovibilidade que permite aos membros da instituição residirem fora da comarca de atuação.
- c) independência funcional, para representação judicial e consultoria jurídica de entidades públicas.
- d) autonomia administrativa para propor sobre sua organização e funcionamento.



O Ministério Público possui autonomia administrativa, podendo propor sobre sua organização, funcionamento e criação de cargos ou serviços auxiliares (art. 127, § 2º da CF/88). Essa autonomia é essencial para garantir que a instituição atue de forma independente dos outros Poderes.

Abaixo, analisamos as demais alternativas:

- a) Errada. Embora o Ministério Público possua autonomia orçamentária, isso não é uma garantia dos membros, mas um atributo de independência da instituição.
- b) Errada. Os membros do Ministério Público gozam da garantia de inamovibilidade, que significa que não podem ser removidos contra sua vontade, salvo por motivo de interesse

público, mediante decisão do órgão colegiado competente e assegurada ampla defesa (art. 128, § 5º, b, da CF/88).

c) Errada. O Ministério Público não tem função de representação judicial ou consultoria jurídica de entidades públicas. Essa atribuição cabe à Advocacia Pública, como a Advocacia-Geral da União (AGU) ou as Procuradorias dos Estados e Municípios (art. 131 e 132 da CF/88). O MP atua como fiscal da ordem jurídica e defensor de interesses coletivos e sociais.

Letra d.

023. (2024/TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ACRE/ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA OFICIAL DE JUSTIÇA) Alude o Direito Constitucional brasileiro que o Ministério Público é:

a) instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa do regime republicano e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

b) instituição permanente, auxiliar à função jurisdicional e administrativa do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

c) instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

d) instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica e dos interesses sociais e individuais disponíveis.



É o que prevê o art. 127, "caput", da CF/1988, que diz que "O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis".

Letra c.

024. (2024/PREFEITURA DE SÃO BENTO DO UMA – PE/GUARDA CIVIL MUNICIPAL) Analise as informações a seguir:

I. É vedado aos Membros do Ministério Público: receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, percentagens ou custas processuais; exercer a advocacia; participar de sociedade comercial, na forma da lei; exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, salvo uma de magistério e consultor jurídico temporário; exercer atividade político-partidária; receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei.

II. Entre as funções institucionais do Ministério Público, estão: defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas; promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros

interesses difusos e coletivos; zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia; promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei. Marque a alternativa CORRETA:

- a) As duas afirmativas são verdadeiras.
- b) A afirmativa I é verdadeira, e a II é falsa.
- c) A afirmativa II é verdadeira, e a I é falsa.
- d) As duas afirmativas são falsas.



A resposta correta é a letra C, pois apenas a afirmativa II está correta, enquanto a afirmativa I contém um erro.

Análise das afirmativas:

I. Errada. Esta afirmativa contém um erro ao dizer que os membros do Ministério Público podem exercer a função de consultor jurídico temporário. A Constituição Federal de 1988, no artigo 128, § 5º, inciso II, veda o exercício de qualquer outra função pública, ainda que em disponibilidade, salvo uma de magistério. Não há exceção para o exercício da função de consultor jurídico temporário. Portanto, a afirmativa I é falsa.

II. Certa. Esta afirmativa está de acordo com as funções institucionais do Ministério Público, previstas no art. 129 da CF/88, que incluem: defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas (inciso V); promover o inquérito civil e a ação civil pública para proteger o patrimônio público, o meio ambiente e outros interesses difusos e coletivos (inciso III); zelar pelo respeito dos Poderes Públicos aos direitos assegurados na Constituição, promovendo medidas para sua garantia (inciso II); promover, privativamente, a ação penal pública (inciso I).

Letra c.

025. (2024/MINISTÉRIO PÚBLICO DE TOCANTINS/ANALISTA MINISTERIAL – ÁREA PSICOLOGIA)
O Ministério Público tem legitimidade ativa para ajuizar ação civil pública que verse sobre direitos individuais homogêneos.



Sim, o Ministério Público tem legitimidade ativa para ajuizar ação civil pública que verse sobre direitos individuais homogêneos, desde que esses direitos tenham relevante interesse social, especialmente quando ligados à proteção de interesses de grupos vulneráveis, como consumidores, crianças, adolescentes ou pessoas em situação de risco. Conforme o artigo 129, III, da Constituição Federal de 1988, o Ministério Público tem como função institucional “promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos”.

026. (2024/MINISTÉRIO PÚBLICO DE TOCANTINS/ANALISTA MINISTERIAL - ÁREA PSICOLOGIA) O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) tem competência para rever, de ofício ou mediante provocação, processo disciplinar de servidor do Ministério Público, desde que julgado há menos de um ano.



De acordo com o art. 130-A, § 2º, inciso IV, da Constituição Federal de 1988, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) tem competência para rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de **membros** do Ministério Público julgados há menos de um ano. Essa competência do CNMP não se aplica a servidores do Ministério Público, mas exclusivamente aos membros da instituição (procuradores e promotores de Justiça).

Errado.

027. (2024/MINISTÉRIO PÚBLICO DE TOCANTINS/ANALISTA MINISTERIAL - ÁREA PSICOLOGIA) Lei de iniciativa do governador do estado pode criar cargos no âmbito do Ministério Público estadual.



A criação de cargos no âmbito do Ministério Público estadual não pode ser realizada por lei de iniciativa do governador do estado, pois isso violaria a autonomia administrativa do Ministério Público assegurada pela Constituição Federal de 1988. De acordo com o art. 127, § 2º, o Ministério Público possui autonomia funcional, administrativa e orçamentária, o que significa que ele próprio é o responsável por propor a criação de cargos e demais alterações administrativas internas.

Errado.

028. (2024/MINISTÉRIO PÚBLICO DE TOCANTINS/TÉCNICO MINISTERIAL - ÁREA ASSISTENTE ADMINISTRATIVO) O assessoramento jurídico do Poder Executivo dos estados cabe aos procuradores dos estados, que ingressam na carreira por concurso público de provas e títulos, sendo vedado o desempenho dessa atividade por ocupante de cargo em comissão.



O art. 132 da Constituição Federal de 1988 dispõe que os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal, organizados em carreira e vinculados às respectivas Procuradorias-Gerais, têm a função de exercer a representação judicial e a consultoria jurídica dessas unidades federadas. Importante dizer que a função de assessoramento jurídico do Poder Executivo estadual é atividade exclusiva de Procuradores de Estado **efetivos**, ou seja, membros da carreira aprovados em concurso público. O desempenho dessa atividade por ocupantes de

cargos em comissão é vedado, uma vez que comprometeria os princípios da impessoalidade e da legalidade, fundamentais à Administração Pública.

Certo.

029. (2024/MINISTÉRIO PÚBLICO DE TOCANTINS/TÉCNICO MINISTERIAL - ÁREA ASSISTENTE ADMINISTRATIVO) A defensoria pública é órgão constitucional subordinado ao Poder Executivo e, portanto, faz parte da sua estrutura administrativa.



A Defensoria Pública é uma instituição essencial à função jurisdicional do Estado, conforme o art. 134 da Constituição Federal de 1988, e **não está** subordinada ao Poder Executivo. Trata-se de uma entidade autônoma com autonomia funcional, administrativa e orçamentária, conferida pela própria Constituição Federal.

Errado.

030. (2024/MINISTÉRIO PÚBLICO DE TOCANTINS/TÉCNICO MINISTERIAL - ÁREA ASSISTENTE ADMINISTRATIVO) Inexiste qualquer relação de hierarquia entre o Ministério Público Federal e os dos estados, entre o Ministério Público de um estado e o de outro, ou entre os diversos ramos do Ministério Público da União.



A Constituição Federal de 1988 estabelece que o Ministério Público é uma instituição una, porém o princípio da unidade deve ser observado à luz de cada um dos ramos do Ministério Público da União e à luz de cada um dos Ministérios Públicos Estaduais. De fato, não há qualquer relação de hierarquia eles. Lembremos que o Ministério Público Federal faz parte do Ministério Público da União, junto com outros ramos (Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Militar e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios). Já os Ministérios Públicos Estaduais são órgãos autônomos em cada unidade federativa, regidos por legislação própria, mas dentro dos princípios gerais da Constituição Federal.

Certo.

031. (2024/TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO/RESIDÊNCIA JURÍDICA) A respeito do poder judiciário na Constituição Federal de 1988, analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

- () O Conselho Nacional do Ministério Público é órgão do Poder Judiciário.
- () O Superior Tribunal de Justiça Desportiva é órgão do Poder Judiciário.
- () O Conselho Nacional de Justiça é órgão do Poder Judiciário.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- a) V - F - V
- b) F - V - F
- c) F - F - V
- d) V - V - F



“O Conselho Nacional do Ministério Público é órgão do Poder Judiciário.” Falso. O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) não faz parte do Poder Judiciário. Ele é um órgão autônomo com função de controle administrativo e financeiro do Ministério Público e supervisão funcional de seus membros, previsto no art. 130-A da CF/1988.

“O Superior Tribunal de Justiça Desportiva é órgão do Poder Judiciário.” Falso. O Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD) é um órgão da Justiça Desportiva, previsto no art. 217, § 1º da CF/1988, e não integra o Poder Judiciário. Ele possui competência exclusiva para julgar questões relativas a competições esportivas.

“O Conselho Nacional de Justiça é órgão do Poder Judiciário.” Verdadeiro. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) é um órgão do Poder Judiciário, previsto no art. 103-B da CF/1988, com funções de controle administrativo e financeiro dos tribunais e supervisão do cumprimento do dever funcional dos juízes.

Letra c.

032. (2024/TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO/RESIDÊNCIA JURÍDICA) A respeito do que dispõe a Constituição Federal de 1988 acerca do Ministério Público, assinale a alternativa correta.

- a) Em razão da função institucional do Ministério Público para defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas, é vedada a propositura de ações civis por terceiros para este fim
- b) A distribuição de processos no Ministério Público será semanal
- c) O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais disponíveis e indisponíveis
- d) Uma das funções institucionais do Ministério Público é promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos na Constituição Federal de 1988



Análise das alternativas:

- a) Errada. A atuação do Ministério Público na defesa dos direitos e interesses das populações indígenas é complementar, e não exclusiva. Nada impede que terceiros legitimados, como

associações e entidades civis, também proponham ações civis para defender esses interesses, desde que preencham os requisitos legais.

b) Errada. A Constituição Federal determina que a distribuição de processos no Ministério Público deverá ser imediata (art. 129, § 5º).

c) Errada. A definição está quase correta, mas há um erro na última parte: o Ministério Público não atua na defesa de interesses disponíveis, apenas **indisponíveis** (como saúde, meio ambiente e direitos fundamentais). Essa distinção é essencial para a compreensão de sua função.

d) Certa. De acordo com o art. 129, inciso IV, da Constituição Federal de 1988, cabe ao Ministério Público “promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos nesta Constituição”. Essa é uma de suas funções institucionais.

Letra d.

033. (2024/PREFEITURA DE PATO BRAGADO – PR/PROCURADOR JURÍDICO) Nos termos da Constituição Federal, assinalar a alternativa INCORRETA:

a) O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

b) Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira.

c) O Ministério Público elaborará sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.

d) Durante a execução orçamentária do exercício, poderá haver a realização de despesas ou a assunção de obrigações que extrapolem os limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, exceto se previamente autorizadas, mediante a abertura de créditos suplementares ou especiais.



Análise das alternativas:

a) Certa. Está de acordo com o art. 127, caput, da Constituição Federal, que define as funções do Ministério Público.

b) Certa. Conforme o art. 127, § 2º, da CF/1988, o Ministério Público possui autonomia funcional e administrativa, com competência para propor ao Legislativo as medidas indicadas.

c) Certa. Também prevista no art. 127, § 3º, da CF/1988, que estabelece que o Ministério Público deve elaborar sua proposta orçamentária em conformidade com a LDO.

d) Errada. A Constituição não autoriza a extrapolação dos limites estabelecidos pela LDO sem o devido processo legal e respeitando os critérios de equilíbrio orçamentário. Conforme o art. 127, § 6º, da CF/1988, “Durante a execução orçamentária do exercício, **não poderá** haver a realização de despesas ou a assunção de obrigações que extrapolem os limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, exceto se previamente autorizadas, mediante a abertura de créditos suplementares ou especiais”.

Letra d.

034. (2024/POLÍCIA CIVIL DE PERNAMBUCO/DELEGADO DE POLÍCIA - ADAPTADO) O princípio da indivisibilidade é o que fundamenta a possibilidade de substituição de membros do Ministério Público uns pelos outros em processos.



O princípio da indivisibilidade, previsto no art. 127, § 1º, da CF/1988, permite que os membros do Ministério Público atuem de forma substitutiva, ou seja, um membro pode substituir outro no exercício de suas funções, assegurando a continuidade da atuação do órgão.

Certo.

035. (2024/MINISTÉRIO PÚBLICO DO AMAZONAS/AGENTE DE APOIO - ÁREA: ADMINISTRATIVA) O Conselho Nacional do Ministério Público, dentre outros, é integrado por

- a) dois advogados, indicados um pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal.
- b) três membros de Ministério Público de Contas, sendo um indicado pelo Procurador-Geral de Contas e dois pelo Tribunal de Contas da União.
- c) quatro membros do Ministério Público da União, indicados pelo Procurador-Geral da República dentre os integrantes de qualquer das carreiras.
- d) dois juízes, indicados um pelo Supremo Tribunal Federal e outro pelo Superior Tribunal de Justiça.
- e) dois desembargadores, um indicado pelo Conselho da Justiça Federal (CJF) e outro indicado pelo Conselho de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil (CONSEPRE).



A composição do CNMP nos é dada pelo art. 130-A, da CF/1988, que diz que: “O Conselho Nacional do Ministério Público compõe-se de quatorze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução, sendo: I – o Procurador-Geral da República, que o preside; II – quatro membros do Ministério Público da União, assegurada a representação de cada uma de suas carreiras; III – três membros do Ministério Público dos Estados; IV – dois juízes, indicados um pelo Supremo Tribunal Federal e outro pelo Superior Tribunal de Justiça; V – dois advogados, indicados pelo Conselho Federal da Ordem

dos Advogados do Brasil; VI – dois cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados um pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal.

Análise das alternativas:

- a) Errada. Na verdade, os dois advogados que integram o CNMP são indicados pelo Conselho Federal da OAB, e não pelo Congresso Nacional (art. 130-A, V, CF/1988).
- b) Errada. Não há três membros do Ministério Público de Contas no CNMP. O Conselho é composto por representantes do Ministério Público da União e dos Estados, mas o MP de Contas não tem representação específica.
- c) Errada. O CNMP conta com quatro membros do Ministério Público, assegurada a representação de cada uma de suas carreiras (art. 130-A, II, da CF/1988).
- d) Certa. O CNMP é integrado, entre outros, por dois juízes: um indicado pelo STF e outro pelo STJ, conforme o art. 130-A, IV, da CF/1988.
- e) Errada. Não há previsão constitucional para indicação de desembargadores pelo CJF ou pelo CONSEPPE no CNMP.

Letra d.

036. (2024/PREFEITURA DE LORENA – SP/ANALISTA – ÁREA: CONVÊNIO DO TERCEIRO SETOR)
Assinale a alternativa INCORRETA acerca das funções institucionais do Ministério Público previstas na Constituição da República:

- a) promover, privativamente, a ação penal pública.
- b) atender às consultas formuladas acerca de questões relativas a direitos indisponíveis, coletivos ou difusos.
- c) defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas.
- d) promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.
- e) exercer o controle externo da atividade policial.



Análise das alternativas:

- a) Certa. Essa é uma função clássica do Ministério Público, prevista no art. 129, I, da CF/1988.
- b) Errada. O Ministério Público não exerce função de consultoria ou de assessoria jurídica geral. Sua atuação é institucional e judicial, relacionada à defesa dos direitos e interesses sociais e individuais indisponíveis. Essa função consultiva geralmente é atribuída à Advocacia Pública.
- c) Certa. Essa função está prevista no art. 129, V, da CF/1988, que inclui entre as atribuições do Ministério Público a defesa judicial dos direitos e interesses das populações indígenas.
- d) Certa. Essa é uma importante função do MP, conforme o art. 129, III, da CF/1988.

e) Certa. O controle externo da atividade policial é atribuição expressa do Ministério Público, nos termos do art. 129, VII, da CF/1988.

Letra b.

037. (2024/UNIVERSIDADE FEDERAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE PORTO ALEGRE/ASSISTENTE DE ALUNOS) Ana é mãe de 07 filhos. Atualmente, encontra-se desempregada, e o pai das crianças não presta auxílio financeiro na criação dos filhos. Ela deseja entrar com processo judicial para que o pai seja obrigado a pagar alimentos para os filhos. Ocorre que ela não tem condições de arcar com os custos de um advogado. Nessa situação, para obter assistência jurídica gratuita, nos termos da Constituição Federal de 1988, Ana deverá procurar:

- a) O Governador do Estado.
- b) A Prefeitura.
- c) A Câmara de Vereadores.
- d) Os Senadores da República.
- e) A Defensoria Pública.



De acordo com o art. 134, da Constituição Federal de 1988, a Defensoria Pública é a instituição responsável por prestar assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos. Diz o art. 134, "caput", da CF/1988, que "A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º desta Constituição Federal".

Letra e.

038. (2024/DEFENSORIA PÚBLICA DO MATO GROSSO DO SUL/ANALISTA - ÁREA ENGENHARIA DA COMPUTAÇÃO) De acordo com o art. 134 da Constituição da República Federativa do Brasil, assinale a alternativa correta.

- a) Lei ordinária organizará a Defensoria Pública da União e do Distrito Federal e dos Territórios e prescreverá normas gerais para sua organização nos Estados.
- b) Às Defensorias Públicas Estaduais é assegurada independência administrativa e autonomia funcional.
- c) São princípios institucionais da Defensoria Pública a unidade, a indivisibilidade e a autonomia funcional.
- d) A Defensoria Pública é instituição independente e essencial à função jurisdicional do Estado.



De acordo com o art. 134, § 2º, da Constituição Federal, às Defensorias Públicas dos Estados é assegurada autonomia funcional e administrativa, bem como a iniciativa de sua proposta orçamentária, dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias (LDO).

Análise das demais alternativas:

- a) Errada. A organização da Defensoria Pública ocorre por meio de lei **complementar**, conforme prevê o art. 134, § 1º, da CF/1988.
- b) Errada. O termo “independência administrativa” não está correto. A Constituição assegura **autonomia** funcional e administrativa.
- c) Errada. Conforme o art. 134, § 4º, da CF/1988, “São princípios institucionais da Defensoria Pública a unidade, a indivisibilidade e a **independência** funcional”.
- d) Errada. A Constituição Federal define a Defensoria Pública como instituição **permanente** e essencial à função jurisdicional do Estado.

Letra e.

039. (2024/PREFEITURA DE CAPIVARI DO SUL – RS/ADVOGADO) Assinale a alternativa que complementa corretamente o disposto no Art. 133 da Constituição Federal: “O advogado é indispensável à administração da justiça

- a) sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei”.
- b) sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, exceto em caso de má-fé, nos limites da lei”.
- c) podendo ser responsabilizado por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei”.
- d) sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, irrestrita e ilimitadamente”.
- e) sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão ou fora dele, nos limites da lei”.



O art. 133 da Constituição Federal dispõe que: “O advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei”.

Letra a.

040. (2024/CÂMARA DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO – PE/ANALISTA LEGISLATIVO) A Defensoria Pública, integrante das funções essenciais à Justiça, atua exclusivamente na defesa dos interesses do Estado em processos judiciais, não possuindo a atribuição de prestar assistência jurídica gratuita à população carente.



A Defensoria Pública é uma instituição essencial à função jurisdicional do Estado que não atua na defesa dos interesses do Estado. Pelo contrário, sua função principal é prestar assistência jurídica gratuita às pessoas que não possuem recursos para pagar as custas de um processo judicial e contratar advogados. Conforme o art. 134, “caput”, da CF/1988, “A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º desta Constituição Federal”.

Errado.

041. (2024/CÂMARA DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO – PE/ANALISTA LEGISLATIVO) O Ministério Público, instituição essencial à função jurisdicional do Estado, atua na defesa da ordem jurídica, dos interesses sociais e individuais indisponíveis. A autonomia funcional e administrativa do MP é garantida pela Constituição Federal.



O Ministério Público é, de fato, uma instituição essencial à função jurisdicional do Estado, conforme previsto no art. 127 da Constituição Federal de 1988. A sua principal atuação está direcionada à defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Além disso, a autonomia funcional e administrativa do Ministério Público é expressamente assegurada pela Constituição, permitindo que ele atue com independência, sem subordinação a outros Poderes (art. 127, § 2º, da CF/1988).

Certo.

042. (2024/DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ/ANALISTA DA DEFENSORIA PÚBLICA – ÁREA: ANALISTA EM PSICOLOGIA) A Defensoria Pública é uma instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, e atua no exercício da defesa dos necessitados. Para o desempenho da função institucional, a Constituição Federal prevê expressamente aos membros da Defensoria Pública a garantia de:

- a) Vitaliciedade, que é adquirida após dois anos de efetivo exercício no cargo.
- b) Irredutibilidade de remuneração, que se dará exclusivamente pelo sistema com base em vencimento.
- c) Independência funcional, que lhes assegura a plena autonomia de convicção no exercício de suas funções, ainda que divergente em relação às leis e aos princípios institucionais do órgão.

d) Inamovibilidade, que consiste na vedação à remoção injustificada do defensor, por motivos de interesse político ou perseguição, podendo ocorrer justificadamente nas hipóteses de permuta, a pedido ou de forma compulsória, como aplicação de penalidade.



A Defensoria Pública é uma instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, atuando na defesa dos necessitados (art. 134, “caput”, da Constituição Federal de 1988). Dentre as garantias asseguradas aos membros da Defensoria Pública, a inamovibilidade é um dos principais instrumentos para garantir a independência e imparcialidade no desempenho de suas funções, protegendo-os contra remoções injustificadas. Conforme o art. 134, § 1º, da CF/1988, “Lei complementar organizará a Defensoria Pública da União e do Distrito Federal e dos Territórios e prescreverá normas gerais para sua organização nos Estados, em cargos de carreira, providos, na classe inicial, mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a seus integrantes a garantia da **inamovibilidade** e vedado o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais”.

Letra d.

043. (2024/DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ/TÉCNICO DA DEFENSORIA PÚBLICA - ÁREA: TÉCNICO ADMINISTRATIVO) A Defensoria Pública se revela como instrumento de democratização do acesso às instâncias judiciais, de modo a efetivar o valor constitucional da universalização da justiça. Sobre o tema, assinale a afirmativa INCORRETA.

- a) São princípios institucionais da Defensoria Pública a unidade; a indivisibilidade; e, a independência funcional.
- b) A Defensoria Pública tem legitimidade para a propositura de ação civil pública que vise a promover a tutela judicial de direitos difusos ou coletivos de que sejam titulares, em tese, pessoas necessitadas.
- c) A Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado; a ela incumbe a defesa, em todos os graus, dos direitos individuais dos necessitados. Por sua vez, incumbe ao Ministério Público exclusivamente a defesa dos direitos coletivos desses.
- d) A Lei Federal organizará a Defensoria Pública da União e do Distrito Federal e dos Territórios e prescreverá normas gerais para sua organização nos Estados, em cargos de carreira, providos, na classe inicial, mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a seus integrantes a garantia da inamovibilidade e vedado o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais.



Não incumbe ao Ministério Público exclusivamente a defesa dos direitos coletivos, pois a Defensoria Pública também possui legitimidade para atuar em defesa de direitos coletivos e difusos, especialmente quando se relacionam a pessoas necessitadas (hipossuficientes),

ativa para propor ações civis públicas com o objetivo de proteger direitos coletivos, difusos ou individuais homogêneos, desde que relacionados às pessoas hipossuficientes.

Letra c.

044. (2024/PREFEITURA DE SÃO MARTINHO DA SERRA – RS/TÉCNICO EM INFORMÁTICA) A Constituição Federal de 1988 estabelece as funções institucionais do Ministério Público, sendo elas:

- I. Promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei.
- II. Julgar, nos crimes comuns, os governadores dos estados e do Distrito Federal, e, nestes e nos de responsabilidade, os desembargadores dos tribunais de justiça dos estados e do Distrito Federal, os membros dos tribunais de contas dos estados e do Distrito Federal.
- III. Promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.
- IV. Exercer outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade, sendo-lhe permitida a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas.

Quais estão INCORRETAS?

- a) Apenas II.
- b) Apenas IV.
- c) Apenas I e III.
- d) Apenas II e IV.
- e) I, II, III e IV.



Análise das afirmativas:

- I. Certa. O Ministério Público é titular privativo da ação penal pública, conforme dispõe o art. 129, I, da CF/1988.
- II. Errada. O Ministério Público não tem função jurisdicional (não julga). Sua função é a de atuar como titular da ação penal pública, na defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.
- III. Certa. Essa é uma das funções institucionais do Ministério Público, conforme art. 129, III, da CF/1988.
- IV. Errada. O Ministério Público não pode exercer representação judicial e consultoria jurídica de entidades públicas, pois essa função é desempenhada pela Advocacia Pública (art. 131 e art. 132 da CF/1988).

Letra d.

- 045.** (2023/MINISTÉRIO PÚBLICO DO ACRE/ANALISTA MINISTERIAL – ÁREA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO) O Conselho Nacional do Ministério Público compõe-se de quatorze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução, sendo
- a) três membros do Ministério Público Federal, assegurada a representação de cada uma de suas carreiras; quatro membros do Ministério Público da União; dois juízes, indicados um pelo Supremo Tribunal Federal e outro pelo Superior Tribunal de Justiça; e dois advogados, indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
 - b) três membros do Ministério Público da União, assegurada a representação de cada uma de suas carreiras; quatro membros do Ministério Público dos Estados; três juízes, indicados pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Superior Tribunal de Justiça; e um advogado, indicado pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
 - c) quatro membros do Ministério Público da União, assegurada a representação de cada uma de suas carreiras; três membros do Ministério Público dos Estados; dois juízes, indicados um pelo Supremo Tribunal Federal e outro pelo Superior Tribunal de Justiça; e dois advogados, indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
 - d) quatro membros do Ministério Público da União, assegurada a representação de cada uma de suas carreiras; dois membros do Ministério Público dos Estados; três juízes, indicados pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Superior Tribunal de Justiça; e dois advogados, indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.



Conforme o art. 130-A da Constituição Federal, o CNMP é composto por 14 membros, nomeados pelo Presidente da República, após aprovação pelo Senado Federal (maioria absoluta), para um mandato de 2 anos, permitida uma recondução. A composição é a seguinte: quatro membros do Ministério Público da União, assegurada a representação de cada uma de suas carreiras; três membros do Ministério Público dos Estados; dois juízes, indicados: um pelo Supremo Tribunal Federal (STF), outro pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ); dois advogados, indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); dois cidadãos, de notável saber jurídico e reputação ilibada: um indicado pela Câmara dos Deputados, outro indicado pelo Senado Federal; o Procurador-Geral da República, que preside o Conselho.

Letra c.

- 046.** (2023/MINISTÉRIO PÚBLICO DE GOIÁS/SECRETÁRIO AUXILIAR DA COMARCA DE COCALZINHO) Segundo a Constituição da República Federativa do Brasil, são princípios institucionais do Ministério Público, exceto:
- a) Prevalência dos direitos humanos.

c) Independência funcional.

d) Unidade.



De acordo com o art. 127, § 1º, da Constituição Federal, os princípios institucionais do Ministério Público são:

- unidade: o Ministério Público é considerado uma instituição una, ou seja, atua como um só órgão;
- indivisibilidade: os membros do Ministério Público podem ser substituídos uns pelos outros, sem prejuízo da continuidade de suas funções;
- independência funcional: os membros têm autonomia para atuar conforme sua consciência e a lei, sem subordinação hierárquica em suas decisões.

Letra a.

047. (2023/MINISTÉRIO PÚBLICO DE GOIÁS/SECRETÁRIO AUXILIAR DA COMARCA DE COCALZINHO) Qual dessas instituições não integra o Ministério Público da União?

- a) Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT).
- b) Ministério Público Junto ao Tribunal de Contas da União (MPTCU).
- c) Ministério Público Federal (MPF).
- d) Ministério Público Militar (MPM).



O Ministério Público da União (MPU), previsto no art. 128, I, da Constituição Federal, é composto pelas seguintes instituições: Ministério Público Federal (MPF); Ministério Público do Trabalho (MPT); Ministério Público Militar (MPM); Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT). O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (MPTCU) não integra o Ministério Público da União. Ele possui natureza especial e atua de forma independente, exclusivamente perante o Tribunal de Contas da União (TCU), com atribuições específicas de fiscalização, mas não se confunde com as funções das instituições que compõem o MPU.

Letra b.

048. (2023/MINISTÉRIO PÚBLICO DE GOIÁS/SECRETÁRIO AUXILIAR DA COMARCA DE COCALZINHO) A propositura ao Poder Legislativo da fixação, da revisão, do reajuste e da recomposição dos vencimentos dos membros do Ministério Público e de seus servidores, determinando as implantações decorrentes do sistema remuneratório, constitui atribuição:

- a) do Corregedor-Geral do Ministério Público.
- b) do Procurador-Geral de Justiça.
- c) do Conselho Superior do Ministério Público, após decisão colegiada.



De acordo com o art. 127, § 2º, da Constituição Federal, ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo: propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de cargos e serviços auxiliares; prover seus cargos por concurso público; formular política remuneratória e os planos de carreira. Essa prerrogativa é exercida pelo Procurador-Geral de Justiça, que chefia o Ministério Público estadual.

Letra b.

049. (2023/COMPANHIA DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO DE SANTOS/ADVOGADO GENERALISTA)

Ao tratar das funções essenciais à justiça, a Constituição Federal de 1988 estabelece que:

- a) incumbe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais, privados e individuais disponíveis
- b) apenas o Ministério Público tem como princípios institucionais a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional
- c) o advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei
- d) a Advocacia-Geral da União é a instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei ordinária que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo



A assertiva está de acordo com o art. 133 da Constituição Federal de 1988, que dispõe que: “O advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei.” Os advogados desempenham um papel fundamental no acesso à Justiça e na garantia da defesa dos direitos individuais e coletivos. A inviolabilidade é uma garantia necessária para que o advogado atue com independência e liberdade no exercício da profissão.

Análise das demais alternativas:

- a) Errada. O Ministério Público atua na defesa de interesses sociais e individuais indisponíveis, e não nos interesses privados ou disponíveis, como menciona a alternativa. Isso está definido no art. 127, caput, da CF/88.
- b) Errada. Esses princípios também se aplicam à Defensoria Pública, conforme art. 134, § 4º, da CF/88.
- d) Errada. A competência da AGU para representar judicial e extrajudicialmente a União está correta. No entanto, conforme o art. 131, “caput”, da CF/88, é exigível lei complementar. Diz a norma que “A Advocacia-Geral da União é a instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos

da lei **complementar** que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo”.

Letra c.

050. (2023/CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS DE SERGIPE/ASSISTENTE JURÍDICO) A advocacia pública é função essencial à Justiça e, nos termos da Constituição Federal de 1988, a Advocacia-Geral da União é a instituição que representa, judicial e extrajudicialmente, a União. Sobre a advocacia pública, assinale a afirmativa correta.

- a) Os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal adquirem estabilidade após dois anos de efetivo exercício no cargo.
- b) As Procuradorias dos Estados prestam consultoria e assistência jurídica às entidades da Administração direta e indireta.
- c) O Chefe da Advocacia-Geral da União é o Advogado-Geral da União, que será nomeado pelo presidente da República dentre advogados públicos do último nível da carreira.
- d) Os advogados públicos poderão receber verba de honorário de sucumbência cumulado com subsídio, desde que respeitado o limite do teto constitucional para o funcionalismo público.



O Supremo Tribunal Federal (STF), em várias decisões, reconheceu que o recebimento de honorário de sucumbência não fere o regime de subsídio e pode ser acumulado, desde que respeitado o teto constitucional previsto no art. 37, XI, da CF/88.

Análise das demais alternativas:

- a) Errada. Os Procuradores dos Estados e do DF ingressam na carreira mediante concurso público de provas e títulos, mas a estabilidade dos servidores públicos efetivos ocorre somente após três anos de efetivo exercício, conforme o art. 41, caput, da CF/88.
- b) Errada. As Procuradorias dos Estados prestam consultoria e assessoramento jurídico apenas à Administração direta. A Administração indireta possui suas próprias assessorias jurídicas, dependendo da organização administrativa local.
- c) Errada. O Advogado-Geral da União é nomeado pelo Presidente da República, porém, não é necessário que seja escolhido entre advogados públicos. A Constituição Federal, no art. 131, § 1º, não exige tal requisito, permitindo a escolha livre do Presidente, desde que o indicado tenha notável saber jurídico e reputação ilibada e mais de 35 anos.

Letra d.

051. (2023/PREFEITURA DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ - SC – ADVOGADO) Assinale a alternativa correta de acordo com a Constituição Federal.

- a) A Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União, de livre nomeação pelo Presidente da República dentre cidadãos maiores de trinta anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.
- b) O ingresso nas classes iniciais das carreiras da Advocacia Geral da União far-se-á mediante concurso público ou processo seletivo simplificado, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases.
- c) A Advocacia-Geral da União é a instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.
- d) Os Procuradores do Estado e do Distrito Federal exercerão com exclusividade a representação judicial, podendo a atividade de consultoria e assessoria jurídica ser delegada a profissional com registro na Ordem dos Advogados do Brasil.
- e) Aos Procuradores do Estado e do Distrito Federal é assegurada estabilidade após dois anos de efetivo exercício, mediante avaliação de desempenho perante os órgãos próprios, após relatório circunstanciado das corregedorias.



Conforme o art. 131, "caput", da CF/1988, "A Advocacia-Geral da União é a instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo".

Letra c.

052. (2022/PREFEITURA DE ITAPIRANGA - SC - CONTROLADOR INTERNO) A Constituição Federal de 1988 define expressamente que o advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei. Nesse sentido, é CORRETO afirmar ser um dos princípios institucionais da Defensoria Pública.

- a) Competência.
- b) Tipicidade.
- c) Indivisibilidade.
- d) Autoexecutoriedade.



Segundo o art. 134, § 4º, da CF/1988, "São princípios institucionais da Defensoria Pública a unidade, a **indivisibilidade** e a independência funcional".

Letra c.

053. (2022/PGM RECIFE - PE - PROCURADOR JUDICIAL MUNICIPAL) Leis complementares da União e dos estados, cuja iniciativa é facultada aos respectivos procuradores-gerais, estabelecerão a organização, as atribuições e o estatuto de cada Ministério Público, observada, relativamente a seus membros, a garantia da

- a) vitaliciedade, somente após três anos de exercício
- b) inamovibilidade, ainda que haja interesse público.
- c) irredutibilidade de subsídio.
- d) da vitaliciedade, somente após cinco anos de exercício.
- e) inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão do presidente do Supremo Tribunal Federal.



De acordo com o art. 128, § 5º, I, da CF/1988, são assegurados aos membros do Ministério Público “as seguintes garantias: a) vitaliciedade, após dois anos de exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado; b) inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão do órgão colegiado competente do Ministério Público, pelo voto da maioria absoluta de seus membros, assegurada ampla defesa; c) **irredutibilidade de subsídio**, fixado na forma do art. 39, § 4º”.

Letra c.

054. (2022/PGE-ES - RESIDÊNCIA JURÍDICA) Segundo a Constituição da República Federativa do Brasil, assinale a afirmativa INCORRETA.

- a) Na execução da dívida ativa de natureza tributária, a representação da União cabe à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, observado o disposto em lei.
- b) A Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União, de livre nomeação pelo Presidente da República dentre cidadãos maiores de 35 (trinta e cinco) anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.
- c) A Advocacia-Geral da União é a instituição que, diretamente ou através de órgão terceirizado, representa a União, judicial, cabendo-lhe, nos termos da lei ordinária que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.
- d) Os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal, organizados em carreira, na qual o ingresso dependerá de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, exercerão a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas.



É o que determina o art. 131, “caput”, da CF/1988.

Letra c.

055. (2022/TRT - 14ª REGIÃO (RO E AC) - TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA) De acordo com a Constituição Federal, o Ministério Público

a) da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República, dentre os candidatos que podem ou não ser integrantes da carreira, desde que tenham mais de quarenta e cinco anos de idade.

b) tem como princípios institucionais a unidade e a indivisibilidade, não possuindo, entretanto, a independência funcional como seu princípio institucional.

c) abrange, além dos Ministérios Públicos dos Estados, o Ministério Público da União, que compreende, apenas, o Ministério Público Federal e o Ministério Público do Trabalho.

d) é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

e) abrange os Ministérios Públicos dos Estados, sendo que estes formarão lista tríplice dentre integrantes da carreira para escolha de seu Procurador-Geral para mandato de dois anos, não sendo permitida recondução.



Conforme o art. 127, "caput", da CF/1988, "O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis".

Letra d.

056. (2022/TRT - 17ª REGIÃO (ES) - TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA) De acordo com a Constituição Federal, o Ministério Público

a) da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, cuja destituição, por iniciativa da maioria absoluta do Senado Federal, deverá ser precedida de autorização do Presidente da República.

b) da União não compreende o Ministério Público do Trabalho, tendo em vista que a Justiça do Trabalho possui órgãos e jurisdição próprios.

c) da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, cuja destituição, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal.

d) é instituição permanente, sendo que os Ministérios Públicos dos Estados formarão lista tríplice dentre integrantes da carreira para escolha de seu Procurador-Geral, que será nomeado pelo Senado Federal para mandato de dois anos, proibida a recondução.

e) abrange o Ministério Público da União e dos Estados, sendo aos seus membros garantida a vitaliciedade, após três anos de efetivo exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial, independentemente do seu trânsito em julgado.



Segundo o art. 128, §§ 1º e 2º, da CF/1988, “O **Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República**, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução. A **destituição** do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, **deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal**”.

Letra c.

- 057.** (2022/TRT - 5ª REGIÃO (BA) - TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA) O Ministério Público, como instituição permanente e essencial à Justiça, tem suas funções institucionais definidas na Constituição Federal, podendo-se destacar, entre outras, a função de
- a) promover, privativamente, a ação civil pública para proteção de interesses difusos e coletivos.
 - b) promover o inquérito civil para a proteção das vítimas de crimes.
 - c) propor ao Poder Judiciário a criação e extinção de seus cargos.
 - d) zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia.
 - e) exercer a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas.



Conforme o art. 129, II, da CF/1988, “São funções institucionais do Ministério Público: [...] zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia”.

Letra d.

- 058.** (2022/PGE-SC - CONTADOR - EDITAL Nº 2) As funções essenciais à Justiça são mecanismos que objetivam atender ao direito fundamental de acesso à Justiça, promovendo a todos que tenham assegurados os seus direitos. Considerando o que dispõem a Constituição Federal e a Constituição do Estado de Santa Catarina, assinale a afirmativa INCORRETA.
- a) O advogado é indispensável à administração da Justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei.
 - b) A Advocacia Pública é a instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa a Administração, judicial e extrajudicialmente.
 - c) É assegurada a todos os servidores que exercem as funções essenciais à Justiça a garantia de vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de subsídio.

d) O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

e) A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados.



A Constituição Federal não prevê tais garantias para os membros da Advocacia Pública.

Letra c.

059. (2022/CRC-MG - AUXILIAR ADMINISTRATIVO) O advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e suas manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei.



É o que o determina o art. 133, da CF/1988.

Certo.

060. (2022/ PREFEITURA DE DOURADOS - MS - PROCURADOR MUNICIPAL) No que se refere às disposições constitucionais aplicáveis ao Ministério Público, assinale a alternativa incorreta.

a) A destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal

b) O Ministério Público abrange o Ministério Público da União e os Ministérios Públicos dos Estados

c) Apresenta-se como função institucional do Ministério Público promover, privativamente, a ação civil pública, na forma da lei

d) O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução



Essa função é de competência concorrente. Conforme o art. 129, § 1º, da CF/1988, “A **legitimação do Ministério Público para as ações civis** previstas neste artigo **não impede a de terceiros**, nas mesmas hipóteses, segundo o disposto nesta Constituição e na lei”.

Letra c.

061. (2022/CREF - 5ª REGIÃO - AGENTE ADMINISTRATIVO) A Defensoria Pública é instituição de caráter temporário e essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos aos necessitados, de forma integral e mediante o pagamento de taxas módicas.



Conforme o art. 134, "caput", da CF/1988, "A Defensoria Pública é instituição **permanente**, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral **e gratuita**, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º desta Constituição Federal".

Errado.

062. (2022/CREF - 5ª REGIÃO - AGENTE ADMINISTRATIVO) A Advocacia-Geral da União tem como chefe o advogado-geral da União, de livre nomeação pelo presidente da República e escolhido entre os membros da respectiva carreira, de notável saber jurídico e reputação ilibada.



De acordo com o art. 131, § 1º, da CF/1988, "A Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União, de **livre nomeação** pelo Presidente da República dentre cidadãos maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada". Ou seja, não há exigência constitucional de que o Advogado-Geral da União seja membro das carreiras da Advocacia-Geral da União.

Errado.

063. (2022/CREF - 5ª REGIÃO - AGENTE ADMINISTRATIVO) O Ministério Público é instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.



É o que determina o art. 127, "caput", da CF/1988.

Certo.

064. (2022/SEDF - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA - DIREITO) A Defensoria Pública é uma instituição permanente que tem como incumbência a orientação jurídica, a promoção

dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita.



É a expressão do art. 134, "caput", da CF/1988.

Certo.

065. (2022/SEE-PE - ANALISTA EM GESTÃO EDUCACIONAL – GERAL) Na CF, são previstas, como funções essenciais à justiça, não apenas o Ministério Público, mas também a Advocacia Pública e a Defensoria Pública.



O Título IV, Capítulo IV, da CF/1988, ao normatizar as funções essenciais à justiça, trata do Ministério Público, da Advocacia Pública e da Defensoria Pública.

Certo.

066. (2022/TRT - 23ª REGIÃO (MT) - TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA) Caetano é membro do Ministério Público Federal. Em conformidade com a Constituição Federal de 1988, é garantido a Caetano

- a) exercer qualquer outra função pública, inclusive uma de magistério.
- b) vitaliciedade, somente após três anos de exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado.
- c) inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão fundamentada do Procurador-Geral da República.
- d) vitaliciedade, após dois anos de exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado.
- e) inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão do órgão colegiado competente do Ministério Público, por votação unânime de seus membros, assegurada ampla defesa.



De acordo com o art. 128, § 5º, I, da CF/1988, são assegurados aos membros do Ministério Público "as **seguintes garantias:** a) **vitaliciedade, após dois anos de exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado;** b) inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão do órgão colegiado competente do Ministério Público, pelo voto da maioria absoluta de seus membros, assegurada ampla defesa; c) irredutibilidade de subsídio, fixado na forma do art. 39, § 4º".

Letra d.

067. (2022/MPE-GO - OFICIAL DE PROMOTORIA) Ao membro do Ministério Público a Constituição Federal de 1988 impõe as seguintes vedações e/ou obrigações, exceto:

- a) Deverão residir na comarca da respectiva lotação, salvo autorização do chefe da instituição.
- b) É vedado exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.
- c) É proibido receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei.
- d) Não podem votar ou serem votados, ou, de qualquer modo, exercer atividade político-partidária.



De acordo com o art. 128, § 5º, II, da CF/1988, são vedações constitucionais impostas aos membros do Ministério Público: “a) receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, percentagens ou custas processuais; b) exercer a advocacia; c) participar de sociedade comercial, na forma da lei; d) exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, salvo uma de magistério; e) **exercer atividade político-partidária**; f) receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei”. Essa vedação de exercer atividade político-partidária está ligada à **proibição de ser votado**, mas **não proíbe o direito de votar**.

Letra d.

068. (2022/MPC-SC - PROCURADOR DE CONTAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO) Não compete ao CNMP conhecer das reclamações feitas contra os serviços auxiliares dos MP dos estados.



Conforme o art. 130-A, § 2º, III, da CF/1988, “**Compete ao Conselho Nacional do Ministério Público** o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros, cabendo-lhe: [...] receber e **conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Ministério Público da União ou dos Estados, inclusive contra seus serviços auxiliares**, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional da instituição, podendo avocar processos disciplinares em curso, determinar a remoção ou a disponibilidade e aplicar outras sanções administrativas, assegurada ampla defesa”.

Errado.

Abra



caminhos



crie

futuros

gran.com.br

